

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2008/2009



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

A GEOPOLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

ISAC PEDRO CHICHANGO
TCOR INF^a (RM)



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A GEOPOLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

Isac Pedro Chichango

TCOR INF (RM)

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Lisboa 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A GEOPOLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

Isac Pedro Chichango

TCOR INF (RM)

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Orientador: CFR Aldeia Carapeto

Lisboa 2009



AGRADECIMENTOS

Durante o período de realização deste trabalho de investigação individual, beneficiei de inúmeros apoios aos quais desejo expressar o meu reconhecimento.

O primeiro agradecimento pessoal é dirigido ao meu orientador, Capitão-de-Fragata Aldeia Carapeto, pela sua disponibilidade, incentivo, paciência e apoio.

Os agradecimentos seguintes vão para todos aqueles que contribuíram com os seus conhecimentos e conselhos para estruturação e elaboração deste trabalho. Um reconhecimento especial, aos meus colegas do curso que sempre estiveram disponíveis para me ajudarem em tudo o que precisei para este trabalho. Foram diversas as personalidades e amigos com quem partilhei e discuti este estudo.

Não posso me esquecer das funcionárias da Biblioteca do Instituto, que sempre estiveram disponíveis para me ajudarem quando necessitei.

Porém, não posso terminar sem fazer constar neste pequeno texto algumas pessoas que mesmo se encontrando a milhares de quilómetros de distância, são uma parte da minha vida e foram sempre especiais para mim. Estou me referindo à minha família, esposa e filhos, que tudo fizeram para me elevar o moral e nunca desistir de lutar, apesar da distância, sempre os senti ao meu lado.

A todos o meu profundo agradecimento e bem-hajam.

**Àqueles que sempre confiaram em mim
E nunca deixaram de me amar, sabendo
Que sempre os amei e nunca os deixarei
Desamparados (Esposa e filhos).**



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO GEO-HISTÓRICO.....	4
a. Anterior a 1964.....	4
b. A Guerra de Libertação (1964 – 1974).....	4
c. A Guerra Civil (1976 – 1992).....	6
d. As Eleições Gerais e Multipartidárias (1994).....	7
2. O QUADRO GEOPOLÍTICO DE MOÇAMBIQUE.....	8
a. A inserção de Moçambique na África Austral e a sua importância geoestratégica.....	8
b. Os principais actores regionais.....	10
c. O relacionamento de Moçambique com os países da África Austral.....	12
3. OS FACTORES GEOPOLÍTICOS.....	13
a. Factor Físico.....	13
(1)Hidrografia.....	13
(2)Clima.....	14
(3)Relevo.....	15
(4)Solo e Vegetação.....	15
(5)Mar e Vias Navegáveis.....	16
b. Factor Humano.....	17
(1)demografia.....	17
(2)Etnografia.....	17
Grupos étnicos.....	18
Língua.....	18
Religião.....	18
c. Factor Recursos.....	18
(1)Recursos Energéticos.....	19
(2)Recursos Minerais.....	20
(3)Recursos Alimentares.....	20
d. Factor Circulação e meios de comunicação.....	21
(1)Rodoviário.....	22
(2)Ferroviário.....	22
(3)Marítimo.....	23
(4)Aéreo.....	23



(5) Pipelines	24
(6) Meios de comunicação social	25
e. Factor Científico-Tecnológico	26
f. Estruturas Político-Administrativas	26
(1) Constituição	26
(2) Órgãos do Estado	27
g. Estruturas Sociais	28
h. Estruturas Militares e de Segurança	30
(1) Forças Armadas de Defesa de Moçambique	31
(2) Forças de segurança	32
i. Estruturas Económicas	33
(1) O Sector Primário	35
(2) O Sector Secundário	35
(3) O Sector Terciário	36
j. Potencialidades e Vulnerabilidades	37
4. AS INFLUÊNCIAS EXTERNAS	37
A. RELAÇÕES MULTILATERAIS	37
CONCLUSÃO	40
BIBLIOGRAFIA	42

ÍNDICE DE APÊNDICES

ÍNDICE DE ANEXOS



RESUMO

A Luta Armada de Libertação Nacional veio responder aos anseios de todo o povo moçambicano, aglutinou as camadas de patriotas de toda a sociedade moçambicana num mesmo ideal de liberdade, unidade, justiça e progresso social, cujo objectivo era libertar a terra e o homem da dominação colonial.

Depois de conquistada a Independência Nacional em 25 de Junho de 1975, foram devolvidos ao povo moçambicano os direitos e as liberdades fundamentais, dando oportunidade para a construção de uma sociedade livre e justa, onde todos trabalham em prol do seu desenvolvimento. Estas e outras aspirações dos moçambicanos não só foram uma miragem, como foram interrompidos pelas décadas de guerra de desestabilização que teve o seu início logo depois do período de euforia pela conquista da sua independência.

Porém, a esperança dos moçambicanos voltou a brilhar quando em 1987 foi introduzido, graças ao acordo alcançado entre o governo, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), um Programa de Reabilitação Económica (PRE). Mas recuperar uma economia que estava seriamente destruída, não é tarefa fácil e exige de todos um empenho e sacrifício enorme.

Quando em 1990 foi aprovada uma nova Constituição, onde é abandonada a política de partido único e é introduzido um sistema multipartidário e um Estado de Direito alicerçado na separação e interdependência dos poderes, foram lançados os parâmetros estruturais da modernização, que contribuíram de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias.

Este esforço, vem se alicerçando na participação do país em diversas Organizações e Comunidades internacionais, onde para além de beneficiar de um amplo apoio externo para a recuperação da sua economia, vem se afirmando como um Estado dotado de capacidade de negociação que lhe permite granjear uma certa estima e respeito a nível regional e mundial. Estes e outros factores (vasto território, localização ao longo do Oceano Índico, recursos naturais, etc.) permitem com que o país possa ser visto como tendo uma enorme importância geoestratégica, principalmente para a região austral, por ser uma porta de entrada e saída para muitos países do interior.

Dáí a necessidade de ter um sistema de defesa forte e com capacidade de dissuasão, através de umas forças armadas fortes e bem formadas.



ABSTRACT

The Fight for National Liberation has answered the desire of all the Mozambican people, unite the layers of patriots throughout Mozambican society in the same ideal of freedom, unity, justice and social progress, whose aim was to liberate the land and people of colonial domination. After won the National Independence on 25 June 1975 were returned to the Mozambican people the rights and freedoms, giving opportunity to build a free and just society where all working to their development.

These and other aspirations of Mozambicans were not only a mirage, as were interrupted by decades of war of destabilization that had its beginnings soon after the period of euphoria by winning its independence. But the hope of Mozambicans returned to glow when it was introduced in 1987, thanks to the agreement signed with the institutions of Bretton Woods, a Program of Economic Rehabilitation.

But a recovering economy that was seriously destroyed is not easy and requires of all a huge commitment and sacrifice. When in 1990 a new Constitution was adopted, where the policy is abandoned one-party and is introducing a multiparty system and the rule of law based on the separation and interdependence of powers, launched the structural parameters for modernization, contributing decisively to the establishment a democratic environment that led the country to implement the first multiparty elections.

This effort, it is based on participation of the country in various international organizations and communities, where in addition to benefit from a broad external support for the recovery of its economy, has been saying as a state with the capacity for negotiation that allows to gain some esteem and respect for regional and global. These and other factors (vast area, located along the Indian Ocean, natural resources, etc.) allow that the country can be seen as having great strategic importance, mainly for the southern region, as a port of entry and exit for many countries of the hinterland.

Hence the need for a strong defence system and capable of deterrence, by some armed forces strong and well trained.



PALAVRAS-CHAVE

Posição Geoestratégica

Desenvolvimento Sustentável

Erradicação da Pobreza

Segurança Regional



LISTA DE ABREVIATURAS

A

ACPs África Caraíbas e Pacífico
AGP Acordo Geral de Paz

B

BM Banco Mundial

C

CPLP Comunidade dos Países de
Língua Portuguesa
CRM Constituição da República de
Moçambique

F

FADM Forças Armadas de Defesa
de Moçambique

FIR Força de Intervenção Rápida
FMI Fundo Monetário
Internacional

FPA Força de Protecção
Ambiental

FPAE Força de Protecção de Altas
Entidades

FRELIMO Frente de Libertação de
Moçambique

I

IOR-ARC Associação dos Países da
Orla do Oceano Índico para a
Cooperação Regional

M

MANU *Mozambique African
National Union*

O

OCI Organização da Conferência
Islâmica

OI Organizações Internacionais

OIC Organização
Internacional de Comércio

ONUMOZ Missão da Organização das
Nações Unidas para
Moçambique

ONU Organização das
Nações Unidas

OMC Organização Mundial
do Comércio

OUA Organização da
Unidade Africana

P

PARPA Plano de Acção para
a Redução da Pobreza
Absoluta

PIB Produto Interno Bruto

PIC Polícia de Investigação
Criminal

PP Polícia de Protecção

PRE Programa de Reabilitação
Económica

PT Polícia de Transito

R

RENAMO Resistência Nacional de
Moçambique

S

SADC Comunidade de
Desenvolvimento da África
Austral

SADCC Conferência Coordenadora
para o Desenvolvimento da
África Austral

SDIs Iniciativas de
Desenvolvimento Especial

U

UA União Africana

UNAMI União Nacional Africana
para Moçambique
Independente

UDENAMO União Democrática Nacional
de Moçambique

UNESCO Organização das Nações
Unidas para Educação,
Ciência e Cultura

Z

ZANU *Zimbabwean African
National Union*

ZAPU *Zimbabwean African People
Union*



INTRODUÇÃO

O continente africano é vasto, integrando países com uma história e condições diferentes, encontrando-se em diferentes estágios de desenvolvimento económico e social com diferentes modelos de interacção nacional e internacional. Moçambique sendo parte deste espaço geopolítico, tem também as suas características intrínsecas que o tornam diferente dos outros países e faz deste, um país com desafios próprios.

Moçambique conquistou a sua independência de Portugal a 25 de Junho de 1975 depois de vários anos de resistência à penetração e domínio português, e 10 anos de Luta de Libertação Nacional, tendo se tornado numa unidade política reconhecida e com identidade própria, tanto pela ONU, como pela OUA (actual UA). Devido à sua posição geoestratégica na África Austral, este facto contribuiu para a sua prosperidade mas também para a instabilidade política que o país viveu em muitos momentos da sua história. Tem também um conjunto de factores que podem influenciar no seu posicionamento geopolítico, relacionados com a sua localização geográfica, estes, conferem ao país um atributo de posição privilegiada em relação aos seus vizinhos, o que impõe a Moçambique a necessidade de dispôr de uma capacidade de defesa adequada.

Na actual conjuntura política internacional e em particular da África Austral, Moçambique desfruta de excelentes relações de boa vizinhança com todos os Estados limitrofes. Se este facto se revela verdadeiro hoje, nenhuma garantia existe da sua prevalência no futuro, porque os eventuais interesses dos países vizinhos, aliados à possibilidade de transições políticas a nível interno dos mesmos, conduz à necessidade do reforço da sua capacidade de defesa e de se impôr na região e no continente. A importância geoestratégica de Moçambique no Mundo e na África Austral, concorre para que o país seja potencialmente alvo de ameaças que se inscrevem em tradicionais e “*novas ameaças*” à sua estabilidade e é nesta óptica que o Estado deve avaliar permanentemente as ameaças de diferentes tipos a que está sujeito, para a salvaguarda da sua segurança nacional.

Com o fim do regime do Apartheid na República da África do Sul e dos conflitos armados em Moçambique e Angola, ampliaram-se os espaços de diálogo e cooperação entre os Estados da região Austral de África e aproximou esta região a um ambiente de relativa estabilidade política. Estes eventos criaram igualmente espaço para uma nova dinâmica no processo de integração económica e política, consubstanciado pela transformação de adversários políticos e ideológicos em parceiros preferenciais de cooperação.



Para a garantia de uma estabilidade e um futuro, que promoverá um bem estar comum, melhoria do nível e qualidade de vida, liberdade e justiça social, paz e segurança, foi criada a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹, uma organização regional com uma visão partilhada e que está ancorada nos princípios e valores comuns, afinidades histórico-culturais, entre os povos da África Austral e o grande objectivo da integração regional é estimular o crescimento das economias de toda a região.

Para melhor enquadrar este tema, o nosso estudo assentará na análise dos factores geopolíticos/geoestratégicos e o método utilizado será o dedutivo.

Definimos como questão central que tentaremos dar resposta a seguinte:

“Qual o papel que Moçambique joga para o desenvolvimento económico, social e na manutenção da paz e estabilidade na região da África Austral e no Continente africano em geral ?”

Desta questão central decorrem as questões derivadas(QD) a investigar e que a seguir se enumeram:

QD 1 – Qual é o valor geopolítico/geoestratégico de Moçambique na região?

QD 2 – Quais os actores políticos da região mais importantes para Moçambique?

QD 3- De que forma os factores geopolíticos/geoestratégicos contribuem para o desenvolvimento e afirmação de Moçambique na região?

QD 4 – Quais os instrumentos a usar para exercer a sua influência na região?

Após esta fase e com base na experiência e percepção pessoal sobre o assunto e nos contactos estabelecidos com diversas pessoas com certo conhecimento sobre o país, colocam-se as seguintes hipóteses (H) gerais norteadoras de todo o trabalho:

H1 – O valor geopolítico/geoestratégico de Moçambique resulta da dimensão do seu território, do número da sua população, da sua localização geográfica, dos recursos que possui e do facto de ter uma costa muito longa.

H2 – A África do sul, Angola e Botsuana são os actores de maior importância para Moçambique.

H3 – A evolução dos factores geopolíticos/geoestratégicos permite-nos perspectivar um futuro melhor para Moçambique.

H4 – Moçambique poderá usar a sua política externa (Diplomacia), os recursos que possui e o factor localização ao longo da costa como instrumentos de

¹ Sigla inglesa da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral



influência no quadro político da região.

De modo a imprimir um carácter de credibilidade e isenção racional à análise efectuada e para melhor responder às questões levantadas conduzimos o nosso percurso metodológico com base numa pesquisa bibliográfica recorrendo, especialmente, em livros e informação on-line.

Este trabalho encontra-se estruturado do seguinte modo:

No primeiro capítulo faz-se um breve enquadramento Geo-Histórico, desde o período da penetração portuguesa em Moçambique até à realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias, em 1994;

No segundo capítulo, faz-se uma incursão sobre o quadro Geopolítico;

No terceiro capítulo, descreve-se os factores Geopolíticos de Moçambique;

No quarto capítulo, faz-se uma abordagem sobre as influências externas no panorama político e económico moçambicano;

Por fim, uma breve conclusão e recomendações.



1. ENQUADRAMENTO GEO-HISTÓRICO

a. Anterior a 1964

A história de Moçambique é muito anterior à chegada dos portugueses em finais do século XV e quando estes chegaram existiam no norte de Moçambique, duas comunidades relativamente bem organizadas: o Reino do Monomotapa e os Centros Suailis.

No século XVI os portugueses estabeleceram-se nesta região, que foi sempre considerada estratégica na rota do caminho marítimo para a Índia. A sua presença limitou-se, numa primeira fase, à faixa do litoral, em especial a dois pontos estratégicos: Sofala e a Ilha de Moçambique tendo em ambos criado feitorias e fortalezas. A exploração do interior de Moçambique pelos portugueses foi muito lenta, e limitou-se quase sempre à procura de Ouro, no reino do Monomotapa e os principais produtos de comércio eram o marfim, o cobre e os escravos.

Esta penetração, só em 1885, com a partilha de África pelas potências europeias na conferência de Berlim, se transformou numa ocupação militar, ou seja, na submissão total dos estados ali existentes, que levou, no início do século XX a uma verdadeira administração colonial².

Após a 2ª. Guerra Mundial (1939-1945), a questão da descolonização rapidamente entra na ordem do dia. As colónias da Grã-Bretanha são as primeiras a iniciarem o processo de Independência. Nos anos cinquenta começa a surgir diversos movimentos que defendem a independência de Moçambique. A questão da luta armada ainda não se colocava todavia, o facto que terá precipitado todo o processo, foram os acontecimentos de Mueda, em Cabo Delgado, no dia 16 de Junho de 1960, quando as forças policiais mataram cerca de 600 pessoas que se dirigiram ao Posto Administrativo a reclamarem a independência.

b. A Guerra de Libertação (1964 – 1974)

Para além das várias acções de resistência ao domínio colonial, a última das quais culminou com a prisão e deportação do imperador de Gaza, Gungunhana, a fase final da Luta de Libertação de Moçambique começou com o advento das independências das colónias francesas e inglesas de África e em 1959-1960 com a formação de três

² Disponível em <http://www.lusotopia.no.sapo.pt/indexMCTHistória.html>



movimentos de resistência à dominação portuguesa de Moçambique³:

- Ø UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique, baseada e apoiada pela Rodésia do Sul (actual República do Zimbabwe);
- Ø MANU – *Mozambique African National Union*, apoiada pela Tanzânia e Quênia;
- Ø UNAMI – União Nacional Africana para Moçambique Independente, apoiada e baseada na Niassalândia (actual República do Malawi).

Estes três movimentos tinham sede em países diferentes e uma base social e étnica também diferentes mas, em 1962, sob os auspícios de Julius Nyerere, primeiro presidente da Tanzânia, estes movimentos uniram-se para darem origem à FRELIMO⁴, oficialmente fundada em 25 de Junho de 1962. O primeiro presidente da FRELIMO foi o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane⁵, um antropólogo que trabalhava na ONU e que já tinha tido contactos com um governante português, Adriano Moreira. Nesta altura, ainda se pensava que seria possível conseguir a independência das colónias portuguesas sem recorrer à luta armada.

No entanto, os contactos diplomáticos estabelecidos não resultaram e a FRELIMO decidiu entrar pela via da guerra de guerrilha para tentar forçar o governo português a aceitar a independência das suas colónias. A Luta Armada de Libertação Nacional foi lançada oficialmente em 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai na actual província de Cabo Delgado⁶.

A guerra de libertação expandiu-se para as províncias de Niassa e Tete e durou cerca de 10 anos. Durante esse período, foram organizadas várias áreas onde a administração colonial já não tinha controlo, as chamadas Zonas Libertadas, e onde a FRELIMO instituiu um sistema de governo baseado na sua necessidade em ter bases seguras, abastecimento em víveres e vias de comunicação com as suas bases recuadas na Tanzânia e com as frentes de combate.

Finalmente, a guerra terminou com os Acordos de Lusaka, assinados a 7 de Setembro de 1974 entre o governo português e a FRELIMO. Ao abrigo desse acordo, foi formado um Governo de Transição, chefiado por Joaquim Chissano, que incluía ministros

³ Disponível em <http://www.lusotopia.no.sapo.pt/indexMCTHistoria.html>

⁴ Frente de Libertação de Moçambique

⁵ Faleceu a 3 de Fevereiro de 1969 na Tanzânia, através da explosão de uma encomenda-bomba (um livro armadilhado) e Samora Machel sucedeu-lhe como o presidente do movimento até a independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975.

⁶ Antes da Independência era designado por Distrito de Cabo Delgado



nomeados pelo governo português e outros nomeados pela FRELIMO. A soberania portuguesa era representada por um Alto-comissário, que foi o Almirante Victor Crespo.

c. A Guerra Civil (1976 – 1992)

Apesar da transição para a independência ter sido pacífica, Moçambique não conheceu a Paz durante muitos anos. Imediatamente a seguir à independência, alguns militares (ou ex-militares) portugueses e dissidentes da FRELIMO instalaram-se na Rodésia do Sul⁷, que vivia uma situação de "independência unilateral" não reconhecida pela maior parte dos países do mundo. O regime de Ian Smith, já a braços com um movimento interno de resistência que era liderado pela ZANU (*Zimbabwean African National Union*) e pela ZAPU (*Zimbabwean African People Union*) que aparentemente tinham algumas das suas bases em Moçambique, aproveitou esses dissidentes para atacar o país com o pretexto de querer atacar as bases dos Zimbabueanos.

De facto, a FRELIMO apoiava o movimento de resistência e que lutava pela autodeterminação e independência do Zimbabwe e, em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente a aplicação das sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Ian Smith encerrando as fronteiras com aquele país. A Rodésia dependia em grande parte do corredor da Beira, incluindo a linha de caminhos-de-ferro, a estrada e o oleoduto que ligavam o porto da Beira àquele país encravado. Embora, a Rodésia tivesse boas relações com o regime sul-africano do apartheid, este fecho das suas fontes de abastecimento foi um duro golpe para o regime rodesiano.

Pouco tempo depois, para além de intensificarem os ataques contra estradas, pontes e colunas de abastecimento dentro de Moçambique, os rodesianos ofereceram aos dissidentes moçambicanos espaço para formarem um movimento de resistência, primeiro designado por (MNR)⁸ e mais tarde Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Até 1980, data da independência do Zimbabwe, a RENAMO continuou os seus ataques a aldeias e infra-estruturas sociais em Moçambique, semeando minas terrestres em várias estradas, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras com a Rodésia. Estas acções tiveram um enorme papel destabilizador da economia, uma vez que não só obrigaram o governo a concentrar importantes recursos numa máquina de guerra, mas principalmente porque levaram a que muitos milhares de pessoas se deslocassem das suas

⁷ Actual República do Zimbabwe

⁸ Sigla inglesa de *Mozambique National Resistance*.



zonas de origem (no campo) para outras regiões mais seguras, sendo preferencialmente para as grandes cidades e para os países vizinhos, diminuindo assim a produção agrícola.

Com a independência do Zimbabwe, a RENAMO foi obrigada a mudar a sua base de apoio para a África do Sul, o que conseguiu com muito sucesso tendo um amplo apoio das forças armadas sul-africanas. Para além disso, estas forças realizaram vários "raids" terrestres e aéreos contra Maputo, alegadamente para destruir as "bases" do ANC. No entanto, o governo de Moçambique, assinou em 1983 um acordo de "boa vizinhança" com o governo sul africano, que ficou conhecido como o *Acordo de Nkomati*, segundo o qual o governo sul-africano se comprometia a abandonar o apoio militar à RENAMO, enquanto que o governo moçambicano se comprometia a deixar de apoiar os militantes do ANC que se encontravam em Moçambique.

Devido aos graves problemas económicos que Moçambique enfrentava, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e FMI, que o obrigaram a abandonar completamente a política "socialista", tendo introduzido uma política de recuperação económica que ficou conhecida como Programa de Reabilitação Económica (PRE). A guerra, porém, só terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz (AGP), assinado em Roma a 4 de Outubro, pelo Presidente da República, Joaquim Chissano e pelo presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, depois de cerca de dois longos e duros anos de conversações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, uma organização da igreja católica, com apoio do governo italiano.

Nos termos do Acordo, o governo de Moçambique solicitou o apoio da ONU para o desarmamento das tropas beligerantes. A ONUMOZ foi a força internacional que apoiou neste trabalho, que durou cerca de dois anos e que culminou com a formação dum exército unificado e com a organização das primeiras eleições gerais e multipartidárias, em 1994.

d. As Eleições Gerais e Multipartidárias (1994)

Em Novembro de 1990 é aprovada uma nova Constituição da República que traz como grande inovação a introdução no sistema político moçambicano, do multipartidarismo, permitindo, deste modo, a organização e constituição de novos partidos políticos que passaram a participar na governação do país. Fruto do fim do conflito armado e com a assinatura do AGP,⁹ estabelece-se os procedimentos para a organização das

⁹ Acordo Geral de Paz



primeiras eleições multipartidárias no país.

A preparação deste processo obedece a três fases principais: recenseamento eleitoral ou registo dos eleitores, campanha de educação cívica e campanha eleitoral. Sendo este um processo novo para os moçambicanos, a campanha de educação cívica, abrangeu uma educação de como votar e para que votar, ou seja, uma educação sobre o que é democracia. Sendo Moçambique um país com uma taxa de analfabetismo muito elevada, conjugado com o problema do deficiente sistema de comunicações (vias de comunicação e meios de comunicação social), estavam criadas as condições para a não efectividade total das campanhas de educação cívica em todo o território nacional e consequentemente a uma boa parte da população, principalmente nas zonas rurais.

Apesar das dificuldades, as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, tiveram lugar de 27 a 29 de Outubro de 1994, com a participação de 12 Partidos políticos e duas coligações, concorrendo nas Legislativas e 12 candidatos presidencias, concorrendo ao cargo de Presidente da República (Honwana, 1996, p. 37).

Mesmo tendo se assistido a alguns incidentes, de pouca importância, e a RENAMO ter declarado não aceitar os resultados eleitorais, alegando ter havido fraude (cometido pela FRELIMO), a comunidade internacional conseguiu resolver o problema, tendo considerado que as eleições foram livres e justas. A FRELIMO e o seu candidato presidencial venceram com 44,33% e 53,3% dos votos, respectivamente e a RENAMO como o segundo partido mais votado com 37,78% e Afonso Dlakama com 33,73%, o segundo candidato presidencial mais votado. Apenas uma Coligação (União Democrática), conseguiu ultrapassar a barreira dos 5% imposto pela Lei eleitoral, tendo eleito membros para a Assembleia da República (Honwana, 1996, p. 37).

2. O QUADRO GEOPOLÍTICO DE MOÇAMBIQUE

a. A inserção de Moçambique na África Austral e a sua importância geoestratégica

Moçambique é um país costeiro, localizado na orla do Oceano Índico cujas águas jurisdicionais se estendem pelo Canal de Moçambique, uma das principais rotas de tráfego marítimo internacional, isto associado às linhas de comunicação aéreo-ferroportuárias e rodoviárias, e a ligação dos países do *hinterland* ao mundo conferem ao país uma posição geoestratégica privilegiada.

Este conjunto de factores, podem influenciar na decisão do seu posicionamento regional e relacionam-se com:



- A localização geográfica do território nacional, composta por um elemento fundamental: Situado ao longo do Oceano Índico, ocupando uma extensão de 2.470 Km, confere ao mesmo um atributo de posição privilegiada para o *hinterland*, o que impõe a Moçambique uma defesa militar adequada.
- Alguns países vizinhos em termos de acesso ao Oceano Índico dependem de Moçambique e é por mar que o país realiza grande parte do seu comércio.

O continente africano é o mais empobrecido do Mundo, flagelado por guerras e com os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Para reverter esta situação, os povos africanos devem compreender que não depende só da acção dos doadores nem de nenhuma “varinha mágica” vinda de fora do continente, mas sim do trabalho de cada um e na coordenação de estratégias de todos os países africanos.

É neste contexto que, depois de ter alcançado um dos grandes objectivos, que era a libertação do Continente e em especial a região austral, do jugo colonial, é fundamental para o país materializar cada vez mais a sua cooperação com os países desta área de África. Esta região, encontra-se numa fase de integração regional através do fortalecimento da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹⁰, concentrando esforços na busca de estratégias visando retirar a região do marasmo económico em que se encontra.

A SADC é um bloco económico formado pelos países da África Austral. São eles: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

Esta comunidade foi estabelecida em Arusha, Tanzânia, em 1979 e lançada em 1980 em Lusaka, Zâmbia, como uma Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)¹¹. Os estados membros, devido aos novos desafios regionais e globais, transformaram-na, depois, para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral através do Tratado da SADC, em 1992.¹² A nível regional verifica-se a resolução do problema sul-africano, eliminando-se o enfoque na oposição entre países da região e o regime do apartheid na sua actuação e no plano internacional, o fim da guerra fria reduz a importância relativa da região e a globalização económica torna mais complexos os desafios para o desenvolvimento.

¹⁰ Sigla inglesa de Southern African Development Community

¹¹ Era constituída por nove nações.

¹² Obtido do site da SADC em www.sadc.org, em 10 de Janeiro de 2008.



Os objectivos do bloco é, em síntese, proporcionar o crescimento das economias dos países membros e consequentemente, o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida do seu povo. Outros objetivos não menos importantes, são: a promoção da paz e da estabilidade da região, do desenvolvimento sustentável e do combate ao HIV/SIDA; e a reafirmação dos legados sócio- culturais africanos.

Para além disso, os estados membros deverão estar empenhados em garantir que a questão do alívio à pobreza seja no âmbito de actividades e programas da SADC, tendo como objectivo último a sua erradicação.

Estes países, com a excepção da África do Sul, que se situa num grau bem mais elevado de desenvolvimento económico, passaram a adoptar medidas para alcançar o mercado regional, sendo que nesse caso, o desenvolvimento da indústria local é fundamental para a diminuição da dependência dos produtos estrangeiros.

Dessa forma, a produção desses países tem se concentrado nos produtos de base. Porém, a SADC tem como metas, no âmbito da integração económica regional e depois da introdução da Zona de Comércio Livre em 2008, a introdução da União Aduaneira em 2010, o Mercado Comum em 2015, a União Monetária em 2016 e a Moeda Comum até 2018.

b. Os principais actores regionais

Para alcançar os objectivos preconizados, a SADC concentra os seus esforços, principalmente na harmonização das suas políticas socio-económicas com os planos dos países membros, criação de instituições e mecanismos apropriados para mobilização dos recursos para implementação dos programas e operações da comunidade e suas instituições, promoção do desenvolvimento dos recursos Humanos, promoção do desenvolvimento, transferência e domínio da tecnologia e melhoria da gestão da economia através da cooperação regional.

Para o efeito e em função das potencialidades de cada país membro, foram atribuídas funções, ou sectores concretos para a sua coordenação, sendo: África do Sul - Finanças e Investimentos; Angola - Energia; Botswana - Investigação Agrária e Produção Animal e Controlo de doenças de animais; Lesotho - Conservação da Água e solo e utilização da terra e Turismo; Malawi - Florestas e fauna bravia; Moçambique - **Transportes** e comunicações e Informação e Cultura; Namíbia - Pescas e a Swazilandia -



os Recursos Humanos.¹³

A SADC enfrentou vários desafios que podem ser agrupados em 4 aspectos principais: a adesão e a liderança da África do Sul; as dificuldades próprias da África Austral; a hierarquização dos objectivos da SADC e a implantação de uma zona de comércio livre.

Devido ao seu poderio económico e industrial, a África do Sul, que tem exportado entre 7 a 10 vezes mais do que importa dos demais países da região, (SANTOS, Juliana Soares, 1999) é o país que maior influência tem na região, porém, Angola devido, sobretudo, ao fim da guerra, tem vindo a crescer economicamente, mais devido aos recursos naturais de que dispõe (Petróleo, diamantes, ferro, cobre, manganês, fosfatos, sal, mica, chumbo, estanho, ouro, platina, e prata.), também tem sido um dos países com uma influência estratégica para a região. Um outro país membro que tem se revelado um actor principal, é o Botsuana, que devido a sua estabilidade política e económica, tem contribuído para o desenvolvimento da região¹⁴. Desde a sua independência, a economia deste país tem vindo a crescer, devido essencialmente, à adopção de políticas fiscais prudentes e uma política estrangeira cautelosa.¹⁵

Quanto a África do Sul, tem uma economia de mercado baseada nos serviços, na indústria, na exploração mineira e na agricultura. A principal riqueza do país encontra-se, sobretudo, nos recursos minerais, como: carvão, ouro, crómio, platina¹⁶, cobre, manganês, cromita, urânio, ferro e os diamantes.¹⁷ A adesão da África do Sul na SADC, veio alterar o jogo do poder, onde o Zimbabwe ocupou uma posição económica e política relevante, devido sobretudo ao seu estágio atingido logo depois da independência em Abril de 1980.

O objectivo final da SADC é erradicar a pobreza. Presentemente, 50 por cento da sua população (estimada em 240 milhões de habitantes) dos seus 14 membros vive abaixo da linha da pobreza. O Produto Interno Bruto (PIB) regional está avaliado em 350 biliões de dólares norte-americanos, sendo a África do Sul o país que contribui com mais de metade do PIB, 68 por cento, enquanto Moçambique participa com apenas três por cento¹⁸.

¹³ <http://www.sadc.org>.

¹⁴ É considerado um dos maiores produtores de Gado Bovino na região, para além de outros recursos naturais, como os casos de carvão mineral, cobre, diamantes, sal, níquel, potássio, ferro, prata.

¹⁵ Informação obtida no sítio da Internet <http://www.sadc.int/>, acessado a 18 de Fevereiro de 2009.

¹⁶ Maior produtor mundial de platina. Ouro e crómio

¹⁷ Informação obtida no sítio da Internet <http://www.sadc.int/>, acessado a 18 de Fevereiro de 2009.

¹⁸ Declarações do Secretário Executivo da SADC, o moçambicano Tomaz Salomão, quando se dirigia aos membros do Parlamento moçambicano no seminário regional sobre a integração regional, no dia 21 de Novembro de 2008 [obtido em www.jornalnoticias.co.mz] acessado em 10 de Dezembro de 2008.



c. O relacionamento de Moçambique com os países da África Austral

Moçambique devido a sua política de respeito pela soberania, integridade territorial e convivência pacífica¹⁹, estabelece boas relações de amizade e cooperação com todos os estados membros da SADC, solidarizando-se com a luta pela unidade, liberdade, dignidade e direito ao progresso económico e social.²⁰ Em consonância com os princípios plasmados na Constituição da República (CRM), o Governo de Moçambique prossegue com a materialização dos seus objectivos estabelecidos no seu Programa Quinquenal (2004 – 2009) para a vertente externa, cuja linha de orientação é a luta contra a pobreza absoluta e a promoção do desenvolvimento económico. Neste contexto e de acordo com estes princípios, o Governo de Moçambique prossegue os seus objectivos que são: estabelecimento e reforço de laços especiais de amizade e cooperação com os países da África Austral e a promoção de mecanismos que favoreçam a consolidação da confiança entre Estados, factor vital para a promoção de um clima de segurança, estabilidade e paz regional.

No quadro da sua política externa, Moçambique pautou, sempre, por uma diplomacia silenciosa, como foi caracterizado pelo ex-Chefe de Estado, Joaquim Chissano, numa palestra proferida na Universidade A Politécnica em Maputo no dia 16 de Fevereiro de 2009. Dando como exemplo, referiu-se às negociações levadas a cabo com o ex-Regime minoritário da Rodésia do Sul, liderado por Ian Smith, que conduziram à independência do Zimbabwe, com o regime do apartheid que culminaram com a assinatura dos Acordos de Nkomati, para pôr fim à agressão sul-africana ao país e ainda outras iniciativas visando convencer o mundo ocidental a apoiar a causa nacional que sempre decorreram num clima de silêncio.

Segundo o ex-estadista, a guerra fria teve um peso enorme na diplomacia moçambicana, exigindo das autoridades governamentais um esforço para que o país fosse conhecido tanto no mundo ocidental assim como nos países do então bloco do leste. Moçambique tornou-se incontornável no concerto das nações pela sua postura e a forma como alcançou a paz no conflito que durou 16 anos, como conseguiu tornar países inimigos em amigos e pelas rápidas transformações socio-económicas.

É importante que a agenda das relações externas do país respondam aos desafios da integração regional, a luta contra a pobreza e pelo desenvolvimento, contra as doenças

¹⁹ De acordo com preceituado no Art. 17 da CRM, A República de Moçambique estabelece relações de amizade e cooperação com outros Estados na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios.

²⁰ N° 1 do Artigo 19 da CRM



endémicas, o crime transnacional organizado e as alterações climáticas. É neste contexto que o país possui acordos de comércio preferencial com alguns países, sendo que o número de empresários que se registam para exportar os seus produtos no âmbito do protocolo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral é superior aos registados para os acordos preferenciais de que é signatário.

Moçambique exporta anualmente produtos avaliados em cerca de dois biliões de meticais²¹, destacando-se a África do Sul como o principal destino das exportações moçambicanas ao nível da região. Outros países incluem o Malawi, Maurícias, Tanzânia, Zâmbia e Suazilândia²²

3. OS FACTORES GEOPOLÍTICOS

a. Factor Físico

Moçambique situa-se na costa oriental da África Austral, limitado a norte pela República da Tanzânia, a oeste pelo Zimbabwe, a noroeste pela Zâmbia e Malawi, a sul pela África do Sul e a sudeste pela Suazilândia e a leste é banhado pelo Oceano Índico.

A posição de Moçambique na região da África Austral, reveste-se de uma grande importância geoestratégica devido, sobretudo aos bons acessos ao mar através dos seus portos, para além de que favorece para uma boa capacidade de defesa, devido a facilidade que oferece para a dispersão de estruturas. Contudo, a sua incapacidade em ter um poder naval que possa garantir uma vigilância e controlo marítimo e mesmo a fraca rede estradal, não permite uma projecção rápida e uma defesa eficaz do território e dos recursos marinhos.

Porém, esta sua localização, é historicamente de extrema importância relativamente aos países do interior, proporcionando as suas ligações ao comércio marítimo através, sobretudo, dos corredores de Nacala para Malawi; o corredor da Beira para Zimbabwe; o corredor da Zâmbia para a Zâmbia e o corredor de Maputo para África do Sul e Suazilândia.

(1) Hidrografia

Os Rios que atravessam ou nascem em Moçambique, na sua maioria, orientam-se

²¹ Um Euro é equivalente a 32 meticais

²² O maior volume de produtos exportados, são agrícolas sendo de destacar o milho, gengibre, oleaginosas, tomate, batata, cebola, entre outros.



de noroeste para sudeste ou de Oeste para Este, apresentam características definidoras da personalidade geográfica do território, constituindo linhas naturais de limitação do País, a norte e a sul, o rio Rovuma e o rio Maputo, respectivamente e atribuem às regiões da Zambézia e do sul do Save características únicas de irrigação e fertilidade, são os casos dos rios Zambeze e Limpopo.

Moçambique dispõe de três lagos, partilhados com o Malawi (Niassa, Chiuta e Chirua), possuindo cerca de 1300 lagoas, mais de 100 bacias hidrográficas e 10 barragens com capacidade de armazenamento de cerca 430.000 metros cúbicos de água. Existem ainda 36.000.000 hectares de terra arável, correspondentes a 45% do território nacional.

Os cursos de água que têm um caudal variável, constituem obstáculos, principalmente, durante a estação chuvosa, provocando inundações o que tem prejudicado, até certa medida, as populações que vivem nas zonas ribeirinhas. Por outro lado, constituem pólos de desenvolvimento, quer como fonte de irrigação das vastas terras agrícolas, quer como fonte de produção de energia hidroelétrica (caso da Barragem de Cahora Bassa), bem como eixos de penetração para o interior. Funcionam ainda como fontes de captação de água para o abastecimento das populações²³.

(2) Clima

A temperatura e a humidade diminuem de norte para sul, distinguindo-se duas estações: a das chuvas e a da seca. A época de chuvas geralmente coincide com os meses de calor, ou seja, de Outubro a Março, embora a maioria das províncias receba alguma chuva durante cerca de 7-9 meses por ano.

O Clima do país é húmido e tropical com temperaturas médias em Maputo que variam entre os 13-24°C em Julho a 22-31 °C em Fevereiro. O clima tropical é influenciado pelo regime de monções do Índico e pela corrente quente do canal de Moçambique, podendo ser distinguidas três zonas em todo o território: Norte e Centro com clima tropical húmido, tipo monçónico, com uma estação seca de quatro a seis meses; Sul com clima tropical seco, com uma estação seca de seis a nove meses; a zona montanhosa com um Clima tropical de altitude. A estação das chuvas ocorre entre os meses de Outubro e Abril e a precipitação média nas montanhas ultrapassa os 2000 mm. A humidade relativa é elevada situando-se entre 70 a 80%, embora os valores diários cheguem a oscilar entre 10 e

²³ Temos como exemplo o Rio Umbeluzi, na província de Maputo, que possui, no distrito de Boane a 30km da Cidade de Maputo, uma estação de captação e tratamento de água que abastece as cidades de Matola e Maputo, no sul de Moçambique.



90%.

O clima moçambicano é, no geral, favorável para o desenvolvimento da agricultura, embora com as adversidades que têm assolado o nosso país, como resultado das alterações climáticas, o que tem afectado negativamente a este sector extremamente importante para o desenvolvimento do país.

(3) Relevo

O território moçambicano é composto por duas grandes áreas. A maior parte é uma planície costeira, apresenta uma configuração extensa, de norte a sul, mas extremamente adelgada quanto a profundidade oeste a este . Nos sectores norte, oeste, sudoeste e noroeste predominam os sistemas montanhosos e mesetas. As maiores altitudes registam-se nas regiões contíguas ao Zimbabwe , Zâmbia e Malawi. A savana, com distintas variações ocupa a maior parte do território. Na savana arborizada predominam as zonas secas.

Quanto à Orla marítima, a costa, à excepção do norte, é baixa e arenosa, apresentando grandes baías, uma na região de Pemba e outra na região de Maputo. Em algumas regiões a costa apresenta-se pantanosa. A vasta região do estuário do Zambeze domina o centro do território. Os materiais predominantes são as rochas cristalinas e metamórficas, que nas regiões planas encontram-se sedimentos quaternários.

(4) Solo e Vegetação

Em Moçambique predominam dois tipos de solos: argiloso no norte e o arenoso no sul, sendo este, intercalado com planícies aluviais altamente férteis. Existem três espécies de vegetação: as florestas densa, aberta e savana, aparecendo em zonas restritas o mangal.

A norte do Rio Zambeze abunda a floresta densa, alternando com algumas áreas de floresta aberta e de savana arbórea e arbustiva, nomeadamente nas províncias de Niassa e Cabo Delgado.

Entre os Rios Zambeze e Save, incluindo toda a Província de Tete, identifica-se uma floresta densa. A norte das províncias de Manica e Sofala existem algumas áreas de floresta aberta, savana arbórea e herbácia conjugadas. Ao sul do Rio Save, temos na faixa litoral das províncias de Inhambane, Gaza e Maputo, a savana arbórea e arbustiva conjugada com terras cultivadas.

Embora os solos não sejam ricos, possuem uma certa aptidão que permite a exploração de recursos agrícolas em algumas zonas, isto devido a disponibilidade de água



para a sua irrigação. A vegetação apesar de se constituir como obstáculo, devido as florestas densas, que dificultam movimentos e deslocamentos, é uma fonte de fornecimento da madeira que é um dos recursos naturais de extrema importância para o país e favorece o desenvolvimento da actividade pecuária, sendo de destacar a criação de gado bovino e caprino, para além das diversas espécies de fauna bravia que Moçambique possui.

(5) Mar e Vias Navegáveis

O espaço marítimo moçambicano, compreende o espaço do mar territorial e a Zona Económica Exclusiva (ZEE) com 12 e 200 milhas náuticas, respectivamente e as águas interiores com um total de 17.500 km².

O mar junto à costa é sempre navegável, embora existam algumas restingas e bancos de corais.²⁴ A beleza das suas praias e o seu clima, constituem um atractivo turístico, como tal, uma fonte muito importante para aquisição de receitas para o país. A corrente quente do canal de Moçambique é responsável pela grande riqueza em peixe nas águas da costa moçambicana.

Destaca-se a existência de muitos portos, sendo os mais importantes os de Maputo, Beira, Quelimane, Nacala e Pemba, alternado, a costa entre zonas de fácil acesso e regiões pantanosas. Apesar de o país possuir uma deficiente rede estradal, a facilidade de acesso ao mar, permite realizar ligações entre as diferentes zonas do país, para além de servir como porta de saída para os países do interior.

Quanto às águas do interior, existem alguns rios que são navegáveis em determinadas épocas do ano, constituindo também obstáculos de valor, é o caso dos seguintes Rios: Rovuma, Zambeze (navegável em cerca de 460 km) e Limpopo.

Para Moçambique, o mar constitui uma fonte de recursos, como um pólo de atracção turística, como um meio de ligação com o exterior, como fonte de aquisição de receitas, com a utilização dos seus portos. Mais importante ainda, é um espaço militar que deve ser explorado criando uma capacidade de defesa para o país. Como tal, este pode ser considerado como um factor de poder.

²⁴ Matias, Rui Xavier Fernandes, TCor Eng Tm, Análise Geopolítica d Moçambique, IAEM, Abril de 1995.



b. Factor Humano

(1) demografia

Moçambique tem uma população estimada em 20.530.714 milhões de habitantes, sendo 9.787.135 milhões de Homens e 10.743.579 milhões de Mulheres. Como se pode notar, há uma ligeira diferença entre os efectivos dos dois sexos, sendo o feminino o maioritário, representando 52% da população e os restantes 48% sendo do sexo masculino. Isto significa que em cada 100 mulheres há 91 homens (dados do senso populacional de 2007 – INE).

A maior concentração da população moçambicana verifica-se nas províncias nortenhas de Nampula e Zambézia com 4.076,642 Milhões e 3.892,854 Milhões de habitantes, respectivamente. Apesar da guerra que assolou o país durante 16 anos, as catástrofes e desastres naturais que vem assolando o país, a endemia do SIDA e as várias epidemias (cólera, malária, etc.), a taxa de crescimento populacional contínua elevada e de 1997 a 2007, cresceu 28% a uma taxa anual de 2.4% (dados obtidos no sitio da Internet, disponibilizados pelo INE²⁵). A esperança de vida é de 41.18 anos, sendo 41.83 anos para homens e 40.53 anos para as mulheres (estrutura etária: 0 -14 anos 43%; 15 – 64 anos 58%; mais de 65 anos 2.9%).

Em termos de escolaridade, o país tem 47.8% da população com mais de 15 anos que sabem ler e escrever, sendo 63.5% de Homens e 32.7% de Mulheres (The World Factbook, 2003).

(2) Etnografia

Moçambique é constituído por uma variedade etnográfica, linguística e cultural mas geograficamente bem definidas e delimitadas. Durante muitos séculos houve conflitos entre as diversas etnias e movimentos de deslocação ao longo do território moçambicano e não só, mas também com populações de alguns países da região. Esta rivalidade foi bem aproveitada pelos colonizadores que a utilizaram para separar os povos e melhor poder exercer o seu poder dominante.

A língua, desde sempre e em conjunto com os costumes e tradições locais, serviu de factor de categorização e de identidade étnica, consolidando dentro dos diferentes grupos étnicos as estruturas tribais que determinam o seu funcionamento, sua hierarquia, suas relações e conduta.

²⁵ Instituto Nacional de Estatística



Grupos étnicos

A população moçambicana é multiétnico e multiracial e distribui-se do seguinte modo:

- Africanos: 99.66% (Makuwa, Tsonga, Lomwé, Sena e outros);
- Europeus: 0.06%;
- Euro-Africanos: 0.2%
- Indianos: 0.08%

Língua

Nos termos do artigo 10 da CRM, “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.” Porém, e de acordo com dados do censo populacional de 1997, o português é língua materna de apenas 6% da população moçambicana e falada por 27% da população como segunda língua.

Atendendo o estabelecido no artigo 9 da CRM, “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade.” Assim, em Moçambique para além do Português, destacam-se outras e diversificadas línguas nacionais, todas da grande família das línguas bantu, sendo as principais: ciTsonga, xiChope, Bitonga, ciSena, ciShona, ciNYungue, eChuwabo, eMacua, eKoti, eLomwe, ciNyanja, ciYao, ciMakonde, kiMwani, kiSwahili. Para além destas línguas, também se fala (no sul do país), Suazi e o Zulu, línguas faladas maioritariamente no Reino da Suazilândia e na República da África do Sul, respectivamente.

Religião

Quanto à Religião: cultos tradicionais 50,4%; cristianismo 38,4%; islamismo 10,5%; outras 0,7%; ateísmo 0,1%.(ano 2000)

c. Factor Recursos

Moçambique, não tendo uma abundância em termos de recursos naturais, possui alguns que se explorados devidamente, poderão trazer algum desenvolvimento económico. Verifica-se ainda a falta ou pouco investimento de capitais nacionais, dependendo muito pelo ainda incipiente investimento estrangeiro, apesar de ter sido adoptado uma política de



abertura a facilidades, através da aprovação de uma legislação flexível, em defesa do investimento estrangeiro no país.

Há ainda a fraca capacidade em equipamentos, fraco sistema de transporte devido, fundamentalmente, ao precário estado das vias de comunicação, que podem permitir o escoamento e distribuição da produção e ainda uma fraca política que fomente uma melhor exploração dos recursos disponíveis.

(1) Recursos Energéticos

O país apresenta uma floresta arborizada que dispõe de uma vasta gama e diferenciadas espécies de árvores que permitem, para além da obtenção da madeira para vários fins, a produção do combustível lenhoso, que é bastante usado nas zonas rurais e mesmo em algumas indústrias que utilizam processos rudimentares para a sua produção. Moçambique possui também jazidas de carvão mineral na região de Moatize, Província de Tete (no Centro do país), que durante muito tempo esteve paralisada a sua extracção, mas já e com investimentos da companhia Brasileira do Vale do Rio Doce, estão sendo reabilitadas as minas de carvão, que se prevê o início da sua produção em 2011, estimando-se uma produção de 11 milhões de toneladas anuais de carvão metalúrgico e térmico²⁶.

Moçambique, em termos de recursos energéticos, para além da lenha e carvão, possui jazidas de gás natural na região de Pande²⁷, constituindo uma das suas maiores potencialidades económicas. A sua exploração está sendo maioritariamente exportada para a África do sul e uma parte é que é consumida internamente. O país não sendo produtor de petróleo, depende exclusivamente do exterior, sendo a Arábia Saudita e a Líbia os maiores fornecedores do crude. Contudo, Moçambique possui uma refinaria em Maputo, na cidade da Matola, estando em perspectiva a construção de uma nova refinaria na região de Matutuine, ainda na província de Maputo.

Para além do gás natural, com uma reserva estimada em 127.4 biliões de m³ e uma produção anual de 1.65 biliões de m³²⁸, possui um potencial hidroeléctrico que tem como maior empreendimento a barragem de Cahora Bassa, construído no rio

²⁶ Informação obtida no jornal notícias em www.jornalnoticias.co.mz/pls/notmz2/getxml/pt/contentx1551436 (assessado no dia 17 de Fevereiro de 2009)

²⁷ Este é um dos distritos da província de Inhambane, na região sul de Moçambique, que é mais conhecida como a terra de boa gente.

²⁸ da CIA – The World Factbook, obtido em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html> [em linha] em 02 de Abril de 2009



Zambeze no distrito de Songo, província de Tete. A sua albufeira é a quarta maior de África, com uma extensão máxima de 250 km de comprimento e 38 km de afastamento entre margens, ocupando cerca de 2700 km² e tendo uma profundidade média de 26 metros. Esta barragem tem uma capacidade de produção energética superior a 2000MW, abastecendo a Moçambique perto de 250MW, a África do Sul 1100MW e o Zimbabwe 400MW.

(2) Recursos Minerais

Ao longo do território nacional, principalmente nas regiões centro e norte, existem numerosas e variadas reservas minerais, podendo se destacar: ouro, pedras preciosas e semi preciosas, calcário, mármore, bauxite, areias pesadas, titânio, grafite, Tantalite, águas marinhas, entre outros minerais. Ao longo dos últimos três anos tem havido um aumento do interesse do sector privado nesta actividade de mineração.

Apesar da sua exploração ser ainda e em muitos casos de forma artesanal, esta actividade constitui um certo peso nas exportações nacionais. Embora a produção tenha sofrido uma ligeira queda, principalmente, no período do conflito armado, depois do fim da guerra, o Governo tem vindo a adoptar medidas tendentes a inverter a situação.

Estas medidas, prendem-se com a substituição do equipamento obsoleto, melhoria das vias de comunicação para facilitar o seu escoamento, medidas de combate aos garimpeiros clandestinos (principalmente estrangeiros vindo da Tanzânia, e da região dos Grandes Lagos, incluindo até nigerianos). Apesar do seu esforço, o país possui já concorrentes a nível da região: a Zâmbia que produz cobre, zinco e ouro, a África do Sul que produz níquel, ferro, crómio, manganês, ouro e carvão e o próprio Zimbabwe que produz cobre, ferro, ouro e carvão, sem deixar de lado o Botsuana e Angola. Dai que, sem dúvida, o desenvolvimento da exploração mineira moçambicana, irá deparar com muitas dificuldades devido à competição que irá encontrar no mercado.

(3) Recursos Alimentares

Os solos moçambicanos, embora não possam ser considerados ricos, a variedade resultante da sua natureza, do clima, da vegetação e da sua morfologia, confere ao país potencialidades para a exploração de recursos alimentares em quantidade e diversidade que complementada com a dos produtos piscícolas poderão dar garantia de uma auto-suficiência alimentar. Porém, e devido a problemas de natureza adversa devido às variações climáticas causadas, essencialmente, pelo



fenómeno do aquecimento global, o que tem provocado problemas de secas cíclicas e cheias devastadoras, o país enfrenta o problema de insegurança alimentar, o que faz o país depender em grande medida da ajuda internacional, sendo os maiores doadores: EUA, União Europeia, Canadá, Austrália, Noruega, Suécia, UNICEF, PNUD, FAO, etc.

Tirando estes fenómenos, em termos agrícolas, o país tem potencialidades na produção de milho, arroz, mapira, feijão, chá, amendoim, mandioca, batata-doce, batata-reno, girassol, cana-de-açúcar, soja, citrinos e uma diversidade de frutas.

No que diz respeito à pecuária, possui boas condições para a produção de gado bovino e caprino. Moçambique produz, também, suínos e aves, sendo, no entanto, estas potencialidades complementadas pela vasta riqueza faunística (búfalos, antílopes, gazelas, cudos, entre outras espécies). Estas, para além de suprirem as necessidades alimentares das populações, constituem um atractivo turístico nas zonas de reservas naturais, como são os casos da reserva de Gorongosa, de Maputo, de Bazaruto, de Banhine, Niassa, etc.

Em termos de recursos marinhos, tem uma variedade de espécies, desde o peixe (garoupa, peixe-serra, peixe espada, pescadinha, etc.), camarão, gamba, lagosta, caranguejo, sendo que estes são os de maior valor económico porque constituem uma fonte de receitas para a economia do país.

Relativamente à indústria alimentar, têm importância a da produção da amêndoa do caju (um dos principais produtos de exportação), da farinha de trigo e de milho, de açúcar, conservas, massas alimentares, leite, iogurte e sumos, que contribuem com percentagem muito significativa da produção total industrial.

A exploração dos recursos depende de muitos factores que foram citados, pelo que será necessário muitos anos de trabalho e da ajuda externa para a recuperação do tempo, ou seja, do atraso em que se encontra o país.

Quanto aos recursos minerais, caso o país vença a batalha da modernização da sua tecnologia, o que poderá impulsionar a sua produção, podemos esperar uma tensão por parte de alguns países vizinhos, devido à concorrência no mercado.

d. Factor Circulação e Meios de Comunicação

Moçambique tem uma rede de comunicação fraca. Entretanto o País tem como principais vias de comunicação com os seus vizinhos os corredores ferroviários, rodoviários e via aérea. É historicamente fornecedor de serviços de transportes para os países vizinhos como África do Sul, Swazilândia, Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e Botsuana.



(1) Rodoviário

Possui uma rede estradal de cerca de 34.331 km, das quais 5.870 km são estradas principais, 4.792 km secundárias, 12.136 km terciárias, 6.543 km vicinal e 4.990 km não classificadas.²⁹ Com o fim da guerra em 1992, começou um processo de desminagem ao longo de todo território nacional, tendo permitido que fossem reabilitados ou reconstruídos muitos km de estrada e a construção de outras novas. Está em processo a construção da ponte sobre o rio Zambeze que vai facilitar as ligações entre o sul e o norte do país, prevendo-se a sua conclusão em Maio de 2009.

(2) Ferroviário

Quanto ao sistema ferroviário, moçambique possui actualmente um total de 31.161.929 km de linha férrea, estando operacional só 67% . Este sistema de comunicações foi um dos mais afectados durante o período de guerra e estando neste momento em processo de reconstrução ou reabilitação³⁰.

Sendo o país um tradicional fornecedor de serviços de transporte para os países vizinhos, tem como principais vias de comunicação com estes, os corredores ferroviários e rodoviários, constituindo, no entanto, pólos principais para a incrementação do desenvolvimento económico nacional e regional porque permitem o acesso ao mar dos países do *hinterland*³¹.

(a) Corredor de desenvolvimento de Nacala

Constituído por uma linha ferroviária principal que liga o porto de Nacala a Lichinga, que se interliga ao sistema ferroviário malawiano. Visa desenvolver um corredor económico ligando o Malawi no interior ao Porto de Nacala em Moçambique.

(b) Corredor de desenvolvimento da Beira e do Zambeze

Este é constituído por uma linha da Zambézia que tem a sua terminal no porto de Quelimane e duas com terminal no porto da Beira: uma que liga ao Zimbabwe, através do Posto de Machipanda, e outra que é a linha de Sena, que liga ao Malawi. Pretendem desenvolver uma região económica que liga Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe, através do Porto da Beira. Os objectivos-chave são: restabelecer e modernizar as ligações das infraestruturas no interior.

²⁹ Dados de 2005 do INE

³⁰ É o caso da reabilitação em curso da linha-férrea que liga o Porto da Beira e região de Moatize, a chamada linha de Sena.

³¹ País encravado, que não tem saída para o mar ou país do interior.



Os projectos de desenvolvimento de infraestruturas incluem a modernização do Porto da Beira, fornecimento da electricidade, viadutos do gás e dos combustíveis líquidos, a estrada Beira -Harare com portagens, o melhoramento das linhas férreas de Harare-Beira e a modernização dos aeroportos.

(c) Corredor do desenvolvimento do limpopo

De Maputo a Chicualacuala, na Província de Gaza, interliga ao Zimbabwe, com ligações à Zâmbia.

(d) Corredor do desenvolvimento de Maputo

O Corredor de desenvolvimento de Maputo foi a primeira das SDIs (Iniciativas de Desenvolvimento Especial) a ser executada em 1995. Este liga a província de Gauteng da África do Sul ao porto de Maputo.

Os desenvolvimentos ao longo do corredor focalizam-se na reabilitação e modernização das tradicionais ligações do comércio e transporte como uma base para um desenvolvimento económico abrangente. A estrada, caminhos de ferro e a infraestrutura e funcionamento do porto foram concessionados em Moçambique.

(3) Marítimo

Destaca-se ainda o sistema de transporte marítimo e aquático interior, donde se dá maior importância aos portos de Maputo, Beira e Nacala, devido ao grande volume de mercadorias que são transaccionados por estes locais. Têm também importância no transporte interno de passageiros e mercadorias, representando 11% do tráfego global.

Os rios moçambicanos maioritariamente não são navegáveis, devido ao assoreamento, fundos baixos e existência de rápidos e quedas. Porém, os rios Zambeze, Limpopo, Incomati e dos Bons Sinais, são navegáveis, mas com embarcações de médio porte, até pouco mais de 40 km da foz. Os restantes, têm uma navegabilidade variável durante a época chuvosa, com destaque para o rio Rovuma, numa extensão de 200 km. São também navegáveis, constituindo um meio de comunicação, o lago Niassa e a albufeira de Cahora Bassa.

(4) Aéreo

No que diz respeito ao transporte aéreo, Moçambique tem uma companhia aérea: As Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), para além de outras pequenas empresas sem muita expressão no contexto deste sistema de transportes. A empresa explora uma frota de aeronaves composta por quatro aviões a jacto e dois turbo-hélice. Estes aviões têm sido



utilizados para o transporte de Passageiros e Carga para percursos de Médio Curso, nas ligações Domésticas e Regionais.

Para além destas aeronaves, a LAM explora através da sua subsidiária, a MEX-Mozambique Express, dois (2) Q400 da Bombardier. Estes aviões operam voos regionais (até Joanesburgo e Durban) e voos domésticos incluindo alguns destinos turísticos, como é o caso de Vilanculos e Inhambane. A MEX opera ainda as mesmas aeronaves e outras, em voos Charter³².

No ano de 2008, a LAM anunciou o investimento na compra de mais 6 aviões (4 Embraers 190 e 2 Bombardier) que deverão integrar a sua frota com o objectivo de substituir os 4 boeings que já contam com 20 anos de funcionamento.

Relativamente às infraestruturas, elas remontam ao período colonial e Moçambique tem um total de 147 aeroportos, aeródromos e pistas de aterragem locais. Tem apenas 3 aeroportos internacionais: Maputo, Beira e Nampula, estando em processo de transformação a Base Aérea de Nacala para mais um aeroporto internacional.

O sistema de transportes, apesar de ter sido muito afectado pelo conflito armado, está em franco desenvolvimento e pode se afirmar que vai, dentro de alguns anos, propiciar uma melhor circulação de pessoas e bens em todo o território nacional. Contudo, o país ainda enfrenta graves problemas de circulação, principalmente no período de chuvas, deixando isoladas várias regiões do país, devido aos cortes de estradas e quedas de pontes provocada pelas águas das chuvas. Assumem maior importância as ligações com o exterior integradas com as estruturas portuárias, e as ligações aéreas.

(5) Pipelines

Moçambique possui um oleoduto que liga o porto da Beira com a República do Zimbabwe, na região de Mutare onde existe uma refinaria. Este oleoduto foi construído no período colonial e é o sistema que abastece aquele país, do interior e vizinho de Moçambique, em todas as suas necessidades em petróleo, sendo um elemento muito vital para a sobrevivência daquele país.

O sistema é constituído por uma conduta de cerca de 300 km, apoiada por três estações elevatórias e ligada a depósitos Offshore. Dada a sua importância, no período do conflito armado que assolou Moçambique, foi um dos principais alvos de ataque por parte das forças da RENAMO.

³² Obtido no sítio da Internet em www.lam.co.mz, disponível em 11 de Abril de 2009



(6) Meios de comunicação social

Os meios de comunicação social têm um papel primordial na educação e divulgação cultural, no sentido de homogeneizar e dar formação de uma consciência nacional à população. Moçambique possui meios de comunicação social controlados pelo Estado e outros privados.

São publicados dois jornais diários sob controlo do Estado: o Jornal Notícias e o Diário de Moçambique, este editado na cidade da Beira. Para além destes dois jornais, são também editados jornais electrónicos diários que a sua distribuição é feita via Internet destacando-se o Média –Fax (privado). É editado um semanário estatal: o Jornal Domingo e cinco privados: Savana, Zambeze, O País, o Independente e o Fim de Semana. Possui também um semanário desportivo Desafio.

Para além de jornais, Moçambique possui 13 emissoras de Rádio AM, 17 FM e 11 Ondas curtas; sendo que a principal é a Rádio Moçambique (estatal) com uma cobertura nacional, emitindo em Português (para todo o país), em inglês (para algumas cidades principais) e em cada uma das províncias moçambicanas, existe uma emissora que emite nas diversas línguas locais.

A Televisão de Moçambique (TVM) é controlada pelo Estado que já vem emitindo desde 1984 e cobre quase 90% do território nacional. Para além desta estação emissora, existem três estações privadas: a Soico Televisão (STV), MIRAMAR (tem cobertura apenas nas principais cidades) e Televisão Independente de Moçambique (TIM). Moçambique recebe emissão de televisões estrangeiras, caso da RTP África, para além do sistema TV cabo que proporciona a recepção de muitos canais internacionais.

A rede de telecomunicações melhorou significativamente, desde 1994, e neste momento para além do telefone fixo que cobre todo país, possui o sistema móvel, existindo duas empresas a explorarem o sistema: a Moçambique Celular (Mcel) e a Vodacom Moçambique (esta privada) com uma cobertura completa em todo o território nacional. Possui também um sistema fax, Internet com sistemas satélite e um cabo submarino de fibra óptica. Estima-se que cerca de 22.532 pessoas tenham Internet em casa e que cerca de 200.000 pessoas sejam apenas utilizadores destas novas tecnologias de informação³³.

Pode concluir-se que o sistema de comunicação social deu um salto muito qualitativo desde que terminou o conflito armado em Moçambique, servindo como um

³³ Utilizam as facilidades instaladas nos seus locais de trabalho, escolas e diferentes centros de Internet café distribuídos por todo o país.



veículo da acção governativa, mostrando-se também como motor nas transformações sociais, culturais e económicas que se verificam. Este crescimento nas comunicações, constitui um factor importante para o desenvolvimento do país.

e. Factor Científico-Tecnológico

Este é um factor que está associado à qualidade e grau de desenvolvimento do sistema de educação, os meios que são disponibilizados pelo Estado para permitir e impulsionar a investigação e associa-se também às actividades desenvolvidas, neste sector, pelas entidades privadas, sejam industriais, agrícolas, de educação, etc.

Para o desenvolvimento de uma sociedade, é importante que se faça um investimento na área de formação para que toda população, ou seja, a maioria dela seja capaz de enfrentar os desafios das novas tecnologias.

O sector industrial é um dos oferece grandes oportunidades de investimento em quase todo o país, podendo se tomar em consideração a indústria têxtil, de alumínio, carvão, gás natural e mesmo a agro-industriais.

O Governo através do Ministério da Ciência e Tecnologia promove actividades que fundamentalmente se baseiam na promoção da divulgação da Ciência e Tecnologia; valorização do conhecimento local e sua divulgação; protecção dos direitos da propriedade intelectual; promoção de metodologias de investigação e inovação tecnológicas que se baseiem em valores de ética profissional e que assegurem benefícios ao desenvolvimento económico, social e cultural do país; promoção do desenvolvimento através da introdução de novas tecnologias de ponta e na coordenação das actividades de investigação e desenvolvimento de tecnologias.

Pode-se concluir que em relação ao desenvolvimento científico-tecnológico, houve uma evolução e neste momento, Moçambique, para o seu suporte já não depende só de quadros estrangeiros, mas sim tem muitos dos seus formados, não só a nível interno como no exterior, com capacidade para dar um certo dinamismo para o seu desenvolvimento.

f. Estruturas Político-Administrativas

(1) Constituição

A primeira Constituição da República foi aprovada em 1975, a segunda em Novembro de 1990 e a actual em Dezembro de 2004, sendo composto por 306 artigos, consagrando que a República de Moçambique é um Estado de Direito, de justiça social,



soberano, sendo que a soberania reside no povo, baseado no pluralismo de expressão e na organização política democrática³⁴.

(2) Órgãos do Estado

A Constituição da República define como órgãos de soberania do Estado os seguinte: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo, os Tribunais e o conselho Constitucional.

O Presidente da República é eleito por um sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico, por mandatos de 5 anos, podendo ser eleito por 2 mandatos consecutivos³⁵.

A Assembleia da República é eleita por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico, sendo constituído por 250 Deputados³⁶. A FRELIMO que ganhou as eleições de 2004 com 62% dos votos, detêm a maioria parlamentar com 160 deputados e a RENAMO que obteve 29.7% tem 90 deputados.

O Governo da República de Moçambique é chefiado pelo Presidente da República e é constituído pelos membros do Conselho de Ministros³⁷.

Moçambique tem 14 anos de experiência democrática, tempo que não se pode considerar suficiente para haver grandes e significativas transformações políticas, económicas e sociais. Daí a bipolarização política que se verifica entre a FRELIMO, partido no poder desde a independência nacional, e a RENAMO, maior partido da oposição. Os outros partidos pequenos, são um mero espectador, sem nenhuma expressão na vida política do país.

Este facto pode ser confirmado pelo facto de que desde a institucionalização do sistema multipartidário no país, fora realizados três actos eleitorais e em todos a FRELIMO tem chamado a si a vitória e a RENAMO ficando eterno partido da oposição. Quanto aos outros partidos, dificilmente conseguem eleger um deputado, no mínimo, para o Parlamento. Mas também a FRELIMO vem ganhando cada vez mais espaço, sendo sintomático a maioria absoluta obtida nas últimas eleições legislativas e também a vitória total nas autárquicas realizadas a 19 de Novembro de 2008, deixando os seus adversários como crónicos opositores.

³⁴ Artigo 1 e nº 1 do Artigo 2, ambos da Constituição da República de Moçambique.

³⁵ Artigo 147 da Constituição da República de Moçambique.

³⁶ Nº 1 do Artigo 170 da Constituição da República de Moçambique.

³⁷ O Conselho de Ministros é composto pelo Presidente da República que a ele preside, pelo Primeiro Ministro e pelos Ministros.



Contudo, a identificação do povo com a estrutura do Estado depende muito do esforço na educação, no diálogo e debate político nas comunicações e na homogeneização da população. Os sucessos que o governo vem tendo no desenvolvimento do país, apesar de enfrentar graves problemas de corrupção e criminalidade, propicia condições para a consolidação da unidade nacional.

Porém, a fragilidade da oposição moçambicana concorre para a hegemonia que o partido no poder vem ganhando em todo o país, perigando o crescimento e a consolidação da Democracia.

g. Estruturas Sociais

A base de sustentação da maioria da população rural moçambicana e mesmo de alguma suburbana, é a agricultura de subsistência, que vem sendo explorada desde há séculos. O governo, desde os primeiros anos de independência, tem incentivado o uso do sistema cooperativo no cultivo da terra como forma de facilitar a canalização de fundos para subsidiar, por exemplo, a aquisição de sementes e instrumentos agrícolas. Há que destacar um outro elemento importante, que desde sempre foi a ida da mão-de-obra moçambicana para o sector mineiro sul-africano, muito substancialmente, populações do sul do paralelo 22º nos termos do acordo firmado entre o governo colonial português e o sul-africano depois da descoberta das minas de ouro em 1886. Deste modo, a África do Sul tem sido, desde essa altura, um destino privilegiado para os moçambicanos.

Outro factor a ter em conta, é o baixo índice de escolaridade da maioria da população moçambicana, mas é facto também que tem sido uma preocupação do governo moçambicano em aumentar a capacidade de absorção da população estudantil nos estabelecimentos de ensino, a todos os níveis (primário, secundário e universitário), sendo visível este esforço, pela quantidade de salas de aulas que são construídos ao longo de todo o país, embora em boa parte, com as ajudas externas.

Assim, sendo Moçambique um país com uma taxa de 47.8% da população com mais de 15 anos de idade a saber ler e escrever, pode se dizer que há um esforço do governo em baixar a taxa de analfabetismo no país. Até ao ano de 2005, havia no 1º grau do ensino primário 8.373 escolas com uma população estudantil de 3.071.564 alunos, com um total de 46.636 professores numa relação professor/aluno de 65,9%. No 2º grau de escolaridade, havia 1116 escolas, 409.274 alunos e 10.506 professores numa relação



professor/aluno de 39%³⁸. No ensino técnico e no mesmo ano, havia 48 escolas, 21.752 alunos e 1028 professores. Relativamente ao ensino superior, até 1997 das três instituições públicas existentes no país, havia 7.156 estudantes e 954 docentes.

Porém, é importante dizer que estes números evoluíram muito significativamente neste altura uma vez que o número de estabelecimentos de ensino superior público no país aumentou para cinco³⁹ e já estão em funcionamento também seis estabelecimentos de ensino superior privado⁴⁰, abrangendo todas as províncias do país.

Nestes estabelecimentos de ensino superior, são ministrados todos ou quase todos os cursos, desde o Direito, Economia, Gestão, Administração Pública, Ciências Sociais, Engenharias, Medicina, Formação de professores nas diversas áreas, etc.

No tocante à saúde, nota-se também um esforço no sentido de melhorar cada vez mais a capacidade de assistência sanitária, embora o país se depare ainda com problemas de algumas doenças endémicas, casos de malária, cólera (devido às precárias condições de higiene em alguns locais de habitação). Outro grande problema que afecta a população moçambicana, é o HIV/SIDA. Em 2007 havia uma taxa de 12. 5% de seropositivos, em adultos, com cerca de um milhão e quinhentas pessoas vivendo com SIDA, tendo provocado cerca de 81.000 mortes no mesmo ano⁴¹.

Com relação à segurança e bem-estar social, a situação é de todo preocupante porque Moçambique continua a apresentar elevadas taxas de crime, sobretudo violento com recurso a armas de fogo, problemas de tráfico de pessoas (maioritariamente crianças, mulheres adultas e jovens) essencialmente para o mercado de trabalho sul-africano e para a exploração no comércio do sexo. Tem sido utilizado como corredor de passagem de droga, do Brasil e outras zonas da América Latina (haxixe, cocaína e heroína) provavelmente para o mercado sul-africano e europeu⁴².

Como já se fez referência, a corrupção é outro flagelo da sociedade moçambicana, para além de que o país vive ainda muito dependente da ajuda internacional, principalmente, em termos de cuidados preventivos, vacinação e ajuda alimentar.

³⁸ O 1º grau compreende o 1º até ao 5º ano de escolaridade e o 2º grau o 6º e o 7º ano de escolaridade.

³⁹ Universidade Eduardo Mondlane (esta é a instituição superior de ensino mais antiga no país, tendo sido inaugurada ainda no período colonial, mais concretamente em 1964), Universidade Pedagógica (inicialmente designa por Instituto Superior Pedagógico, é vocacionada para a formação de professores), Instituto Superior de Relações Internacionais, Universidade Lúrio (UNILÚRIO) Universidade Zambeze (UNIZAMBEZE).

⁴⁰ Universidade a Politécnica, ISCTEM, Universidade Técnica (UDM), Universidade Católica, Universidade Moçambique e a Universidade São Tomás.

⁴¹ da CIA – The World Factbook, obtido em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html> [em linha] em 02 de Abril de 2009

⁴² Idem



Apesar destas adversidades aqui elencadas, nota-se um esforço enorme por parte do governo moçambicano em melhorar cada vez mais a sua capacidade de resposta e um enorme trabalho para dar condições de desenvolvimento social à população moçambicana. O esforço é no sentido de diminuir as assimetrias existentes no desenvolvimento entre o sul, centro e norte, por forma a evitar que este facto constitua um foco de tensão entre estas três regiões do país.

h. Estruturas Militares e de Segurança

Como resultado do Acordo Geral de Paz assinada na cidade de Roma (Itália)⁴³ em 1992, foram extintas as Forças Armadas de Moçambique (exército governamental) e as forças guerilheiras da RENAMO, tendo sido constituídas as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). De acordo com o protocolo assinado em Roma, estas deveriam ser constituídas por 50% dos efectivos de cada uma das partes ex-beligerantes.

É missão das FADM assegurar a defesa militar contra quaisquer ameaças ou agressões externas, podendo desempenhar outras missões de interesse geral a mando do Estado ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.⁴⁴ Estas missões, consubstanciam o preceituado na Constituição da República de Moçambique, que estabelece como princípio fundamental da política de defesa e segurança do Estado, a defesa da independência nacional, preservação da soberania e integridade do país e a garantia do funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada.⁴⁵

A constituição estabelece, ainda, a participação nas missões de interesse público, satisfação de compromissos internacionais e a cooperação com outras forças de segurança. A participação na defesa da independência nacional, soberania e integridade territorial são dever sagrado e honra para todos os cidadãos moçambicanos e para a sua participação, estabelece, a Constituição da República, a prestação do serviço militar por todos os Moçambicanos sem distinção de raça, etnia, estatuto social ou grau de escolaridade. O Recrutamento Militar em Moçambique tem o enquadramento legal na Lei do Serviço Militar (Lei n.º 24/97 de 23 de Dezembro) e pelo Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto n.º 30/98 de 1 de Julho).

⁴³ As negociações de paz entre o governo de Moçambique e a RENAMO, tiveram lugar em Roma sob mediação da Igreja católica, cujo principal mediador foi o Padre Matteu Zupi da Comunidade de Santo Egídio. Toamaram parte também membros da Igreja Católica moçambicano, sendo de destacar a participação do Bispo da Beira, Dom Manuel Gonçalves.

⁴⁴ N.ºs 1 e 3 do Artigo 23 da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

⁴⁵ Artigo 265, CRM



Moçambique prossegue uma política de paz, defende a solução negociada dos conflitos, só recorrendo ao uso da força em caso de legítima defesa. O país, possui um extenso território que em algumas zonas não oferece boas condições para a sua defesa, conjugado ainda ao deficiente sistema de comunicações, possui uma vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE), que se situa numa zona de trânsito obrigatório, o Canal de Moçambique. Devido a sua localização geoestratégica e da importância que representa para os países limítrofes, porque estes têm como porta de saída os portos moçambicanos, estes factores poderão constituir focos de tensão, devendo ser tomados em consideração no seu planeamento estratégico.

(1) Forças Armadas de Defesa de Moçambique

A Estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique compreende: o Estado-Maior General das Forças Armadas; os Ramos do Exército, da Força Aérea e da Marinha e os Órgãos militares de comando das Forças Armadas⁴⁶. O Estado-Maior General das Forças Armadas é dirigido por um Chefe do Estado-Maior General, coadjuvado por um Vice-Chefe do Estado-Maior General e integra: os Departamentos de Operações, Pessoal, Reconhecimento, Doutrina e Formação, Comunicações e o Departamento de Administração e Logística.

Funcionam ainda no Estado-Maior General o Conselho Superior Militar e o Conselho Superior de Disciplina; na dependência directa do Chefe do Estado-Maior General os Órgãos Operacionais que eventualmente se constituam; os Órgãos de Implantação territorial e junto do Chefe do Estado-Maior General funcionam o Gabinete do CEMGFA, Gabinete Jurídico, Comando da Polícia Militar e o Comando de Apoio e Serviços.⁴⁷ As FADM encontram-se num período de reestruturação e com tendência para a sua profissionalização e embora enfrentando dificuldades de ordem orçamentais (exiguidade do seu orçamento), há uma convicção geral de que para a elevação das suas capacidades, passa por uma formação de todos os militares.

Foi com este desejo de potenciar os seus quadros que foi criada a Academia Militar, estando a funcionar em Nampula e a Escola de Formação de Sargentos, localizada no Distrito de Boane, na Província de Maputo, estando em preparação e instalação de um

⁴⁶ Os Órgãos militares de comando das Forças Armadas são o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e os Comandantes dos Ramos, a ele subordinados, cujos modos de designação e competências são definidos por legislação específica. (nº 2 do artigo 3 do Decreto nº 48/2003, de 24 de Dezembro que aprova a Estrutura Orgânica das FA)

⁴⁷ Artigo 5 do Dec. 48/2003, de 24 de Dezembro.



Instituto Superior Militar.

As FADM tem uma projecção para um efectivo de 33.228 militares, mas devido a vários constrangimentos (de ordem orçamental) e a fraca adesão dos jovens para o cumprimento do Serviço Militar, os efectivos que se apresentam hoje, estão na ordem dos 17.228, sendo 13.887 do Exército, 1.653 da Força Aérea e 1.688 da Marinha.

O Exército assenta a sua estrutura em três pilares: a estrutura superior, a estrutura territorial e a estrutura operacional. A estrutura superior compreende o Comando do Exército, os órgãos de Conselho, o Estado-Maior do Exército, as Repartições de Operações, Reconhecimento, Comunicações, Engenharia, Ensino, Pessoal, Contra Inteligência Militar, Artilharia e Administração e Logística.

A estrutura operacional engloba 03 Brigadas de Infantaria estando localizadas cada uma em cada uma das três regiões em que o país se divide (Sul, Centro e Norte), 01 Regimento de Blindados e 07 Batalhões Independentes.

Em termos de equipamento, possui alguns meios constituídos, essencialmente, por carros de combate tipo T-55, peças de artilharia, mas não há muitos dados sobre o mesmo devido ao avançado estado de degradação de grande parte dos seus meios de combate.

A Força Aérea compreende o Comando do Ramo, o Estado-Maior da Força Aérea, o Comando da Aviação, o Comando da Defesa Anti-Aérea, as Repartições de Operações, Reconhecimento, Comunicações, Ensino, Pessoal, Contra Inteligência Militar, Engenharia e Administração e Logística. Como unidades operacionais, tem 03 Bases Aéreas (Maputo, Beira e Nacala), 02 Brigadas de Foguetes Antiaéreos, 04 Batalhões (02 de Rádio Técnica e 02 de Artilharia Antiaéreo).

Os meios (aviões tipo Antonov, Mig e Helicópteros) estão inoperacionais, com a excepção de alguns meios tipo radares, sistemas de foguetes e mísseis.

A Marinha compreende o Comando da Marinha, os órgãos de Conselho, o Estado-Maior da Marinha, as repartições de Operações, Reconhecimento, Comunicações, Ensino, Pessoal, Contra Inteligência Militar, Hidrografia e Navegação e Administração e Logística.

Ao nível das infra-estruturas, a Marinha tem 04 Bases Navais (Maputo, Beira, Pemba e Mentagula), 04 Sub-bases Navais (Inhambane, Tete, Quelimane e Nacala). Quanto às forças operacionais, tem um Batalhão de Fuzileiros.

(2) Forças de segurança

Moçambique possui forças de segurança que basicamente são constituídas pela Polícia da República de Moçambique (PRM), que tem como função, em colaboração com



outras entidades do Estado, garantir a lei e a ordem, salvaguarda da segurança de pessoas e bens, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.⁴⁸

A PRM está na dependência do Ministério do Interior e organiza-se do seguinte modo: Comando Geral (dirigido por um Comandante geral, coadjuvado por Vice-Comandante), Direcções Nacionais, Departamentos, Comandos Provinciais, Comandos Distritais, Esquadras e Postos Policiais. Com um efectivo de cerca de 24.000 homens, é composto por Ramos ou Especialidades que são: Polícia de Protecção (PP), Polícia de Investigação Criminal (PIC), Polícia de Trânsito (PT), Força de Protecção de Altas Entidades (FPAE), Força de Intervenção Rápida (FIR) e a Força de Protecção Ambiental (FPA).

Devido à canalização da maior parte dos recursos financeiros do país para os sectores sociais, como a educação, saúde, viu-se na contingência de diminuir o volume de forças das FADM. Contudo, estas estão numa fase muito importante da sua reorganização sendo o principal programa a formação com vista à sua profissionalização. Apesar de se ter levantado algumas dúvidas sobre esta decisão governamental e pelo facto das FADM constituírem um elemento fundamental na reconstrução do país, o governo tem envidado esforços para dar uma melhor preparação às forças armadas, porém ainda está aquém das necessidades para uma defesa efectiva de um território tão vasto como é Moçambique.

Devido a estes e outros factores como a inoperacionalidade dos meios e técnica de combate, pode-se concluir ser uma vulnerabilidade que se torna urgente ultrapassar.

i. Estruturas Económicas

Moçambique quando obteve a sua independência em 1975 herdou uma estrutura económica colonial que era caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País e entre o campo e a cidade. O Sul foi mais desenvolvido que o Norte e as cidades mais desenvolvidas que as zonas rurais. A ausência duma integração económica e a opressão extrema da mão-de-obra constituíam as características mais dominantes dessa assimetria.

A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria apostou numa economia socialista centralizada. No entanto, a conjuntura regional e internacional desfavorável, as calamidades naturais e um conflito armado que durou 16 anos inviabilizaram a estratégia. O endividamento externo (cerca de 5,5 biliões de dólares norte

⁴⁸ N° 1 do Artigo 254 da CRM



americanos em 1995) obrigou o País a uma mudança radical para uma estratégia de desenvolvimento do mercado filiando-se no Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional e a consequente adopção dum Programa de Ajustamento Estrutural (lê-se Programa de Reabilitação Económica), a partir de 1987.

Desde então, Moçambique, tem estado a registar um notável crescimento económico. O Produto Interno Bruto (PIB) tem estado a crescer numa média acima de 7-8% ao ano, chegando mesmo a atingir níveis de 2 dígitos. A inflação está abaixo de 10% e a tendência é mantê-la em um dígito.

O Estado, através da execução da sua política orçamental regula e dinamiza as áreas socio-económicas mais importantes e cria um bom ambiente de negócios muito favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada. A reforma jurídica no âmbito da legislação financeira, fiscal, laboral, comercial e da terra levada a cabo pelo Governo contribui significativamente para fortalecer esse bom ambiente com a respectiva atracção do investimento privado nacional e estrangeiro. O potencial económico do País para a atracção de investimentos na agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e mineração é enorme. Projectos como o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Corredores Ferro-Portuários e Complexos Turísticos ao longo de todo o País têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regional e internacional.

Apesar do notável crescimento económico que o País vem registando, muitos moçambicanos continuam a viver abaixo do limiar da pobreza. O combate à pobreza absoluta constitui uma das grandes prioridades do Governo para o quinquénio 2005-2009. Para o efeito foi traçada a segunda fase do Plano de Acção da Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II).

Como já foi referido, o défice orçamental tem vindo a ser reduzido, em resultado do programa de estabilização, tendo o PIB sido de 207,253,912.8 (10^3 MT) em 2007 e o PNB de 194,258,534.0 (10^3 MT)⁴⁹. Isto significou um crescimento do PIB em 7.0% em 2007 e cresceu 5.3% no segundo Trimestre de 2008, mas apesar deste crescimento, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, Moçambique ainda encontra-se na 169ª posição entre os 192 países classificados pela PNUD. Este crescimento que se verifica, tem muito há ver com as ajudas externas de que o país tem se beneficiado e que representa um peso de 60% no seu Orçamento anual.

⁴⁹ Valores correntes



Apesar dos ganhos obtidos a agricultura de subsistência continua a empregar a maioria da população moçambicana (81%)⁵⁰. Mesmo com a entrada em funcionamento da empresa de fundição de alumínio, a MOZAL (o maior investimento estrangeiro no país) que aumentou os valores da exportação, o défice da balança comercial continua persistente.

No final de 2007, depois de aturadas negociações o governo moçambicano passou a deter a maioria na gestão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, que era detido pelo governo português, uma vez que a barragem não tinha sido entregue na altura da independência em 1975.

(1) O Sector Primário

Moçambique possui 5.43% de terra arável e uma capacidade de irrigação de 1.180 km² destas terras. Sendo assim, tem uma potencialidade no sector de agricultura, mas devido a não industrialização deste sector, continuando a ser de subsistência, isto faz com que não se possa aproveitar no seu máximo das suas potencialidades.

Os principais produtos agrícolas são: milho, arroz, mapira, mandioca, feijão, batata-doce, batata-reno, citrinos, cana-de-açúcar, chá e frutas variadas. A agricultura representa 23.4% da economia nacional. Em termos da produção pecuária, tem vindo a aumentar significativamente apesar de ter sido um dos sectores mais afectados durante o período do conflito armado.

A pesca é maioritariamente praticada de forma artesanal pelos pescadores locais e também por frotas de empresas estrangeiras (espanholas, japonesas, chinesas russas e outras) sendo que as contrapartidas financeiras são canalizadas para o desenvolvimento deste sector.

(2) O Sector Secundário

A indústria emprega cerca de 6% da população activa⁵¹, contribuindo com 30.7% do PIB. A maior concentração industrial encontra-se em Maputo e Beira, sendo as principais: a do alumínio, da amêndoa de caju, de produtos alimentares (farinha de trigo, de milho, açúcar, chá e outros), com um grande peso nas exportações nacionais.

Em relação à indústria extractiva, existe uma certa diversidade de reservas minerais, sendo de destacar: carvão, gás natural pedras preciosas e semipreciosas,

⁵⁰ CIA – The World Factbook, obtido em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html> [em linha] em 02 de Abril de 2009

⁵¹ CIA – The World Factbook, obtido em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html> [em linha] em 02 de Abril de 2009



mármore, etc. Destes produtos, o carvão estima-se que só em 2011 é que será reiniciada a sua exploração, depois da paralisação devido a guerra, estimando um produção anual de 11 milhões de toneladas. O gás natural está sendo explorado numa estimativa de 1.65 bilhões de m³ ao ano.

A indústria têxtil, de vestuário, de curtumes e calçado, depois de alguns anos de crescimento, deixou de laborar devido a obsolescência dos equipamentos e a concorrência no mercado internacional. Contudo, está em curso um plano de reabilitação deste que foi um dos sectores que empregava uma boa parte da população (sobretudo a feminina) moçambicana. Na mesma situação encontra-se a indústria metalúrgica e metalomecânica, que tinha uma certa tradição em Moçambique, mais porque sendo esta uma indústria que depende muito da importação de matérias-primas, se debate também com a obsolescência dos equipamentos e falta de investimentos. O crescimento industrial em 2008 foi cerca de 9%.

(3) O Sector Terciário

Este sector tem vindo a crescer consideravelmente, estando agora a ter uma cobertura nacional, ou seja, em todas as sedes distritais já há balcões dos principais bancos a operarem em Moçambique. Outro factor de relevo é o facto de, à excepção do Banco de Moçambique⁵², todos os bancos a operar no país terem um investimento estrangeiro.

Operam, para além do Banco Central, nove bancos comerciais: Millenium BIM, BCP Fomento, Barkleys Bank, Banco Internacional de Comércio (ICB), Mauritius Bank (Moçambique), African Banking Corporation (Moçambique), First National Bank e o Banco Mercantil e de Investimento (BMI). Funcionam também um banco de investimento, três bancos de micro finanças e cinco cooperativas de crédito.

O sector de transportes e telecomunicações, também registou um grande desenvolvimento nos últimos cinco a dez anos. Propiciam uma melhor circulação de pessoas e bens em todo o território nacional, porém, salienta-se que estes estão assegurados por empresas privadas. O sistema de comunicações via telefone é que já foi referido do capítulo relativo ao factor transportes e comunicações.

No sector do turismo tem se registado uma evolução muito significativa devido, sobretudo, ao esforço que o governo tem feito permitindo investimentos tanto nacionais assim como de estrangeiros (sul africanos, portugueses e outros). Este sector representa cerca de 45.9% da economia nacional.

⁵² O Banco central de Moçambique



j. Potencialidades e Vulnerabilidades

Apesar de Moçambique ser considerado um dos países mais pobres do mundo, possui algumas potencialidades que se bem aproveitadas poderão dar um impulso significativo para o desenvolvimento económico e melhorar substancialmente o nível de vida da maioria da sua população. Com relação às suas vulnerabilidades, estas foram sendo ultrapassadas ao longo do tempo que ia passando, não se podendo apontar as mesmas que se verificavam nos anos 95-98 (logo depois da guerra e da realização das primeiras eleições multipartidárias).

(1) Potencialidades ou Factores de Poder:

- Bons Portos;
- Controlo do Canal de Moçambique;
- Extensão territorial;
- Potencialidades hidroeléctricas;
- Riqueza dos solos;

(1) Vulnerabilidades

- Recursos limitados;
- População a viver abaixo do limiar da pobreza;
- Doenças endémicas e infecto-contagiosas;
- Dependência externa;
- Forças Armadas reduzidas;
- Corrupção;
- Baixo índice de escolaridade;

Apesar das dificuldades, há que enfrentar os desafios que tem, nomeadamente a consolidação da paz e a manutenção de uma estabilidade política, de forma vigorosa para aproveitar as oportunidades que possui: rentabilização dos cursos de água para a produção energética, irrigação de terras e fornecimento de água potável à população.

4.AS INFLUÊNCIAS EXTERNAS

a. Relações Multilaterais

Moçambique como Estado independente e soberano, é membro de diversas, Organizações Internacionais (OI) e Comunidades internacionais. Mas as consideradas



mais importantes, devido ao seu peso na inserção e o desenvolvimento do país são: Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), COMMONWEALTH, Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM)⁵³.

Em termos de organizações ou comunidades, temos a própria ONU, UA, SADC, Comunidade Europeia, etc., que tanto têm feito para dar uma assistência aos diversos programas de desenvolvimento que o país leva a cabo, principalmente nas áreas da educação, saúde e infraestruturas.

b. Relações bilaterais

A par com as diversas organizações e comunidades internacionais de que Moçambique faz parte há em termos gerais, grandes actores internacionais que exercem grande influência sobre o país, tanto a nível de cooperação como a nível do desenvolvimento económico e social. A nível do relacionamento bilateral, Moçambique é influenciado pelos países que são uma referência em termos económicos na região e não só, casos por exemplo da África do Sul, na região austral, e de países como China, Grã-Bretanha, Itália, Estados Unidos da América, Portugal, Brasil, para além dos países nórdicos⁵⁴.

No tocante às trocas comerciais, destaque vai para o volume de exportações em que o país vai se evidenciando em produtos como: alumínio, amêndoa de cajú, algodão, açúcar, electricidade, gás natural, camarão, lagosta, etc, e os principais países de destino são: Itália 19.4%, Bélgica 18.4%, Espanha 12.5%, África do Sul 12.3%, Reino Unido 7.3% e China com uma taxa de 4.1% em 2007⁵⁵.

Por sua vez, o país importa dos seus parceiros maquinaria e equipamentos, carros, petróleo, material químico, produtos metálicos, têxteis e produtos alimentares como arroz, batata, cebola, etc. No caso em concreto, os principais parceiros são: África do Sul com 36.7%, Austrália com 8.5% e China com 4.6% do volume de importações em 2007⁵⁶.

De uma forma geral, pode-se afirmar que Moçambique apesar de ter um certa

⁵³ Obtido no sítio da Internet sobre a Geopolítica de Moçambique disponível em <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2mocGEOPOL.html>, em 09.10.2008

⁵⁴ Grande destaque vai para países como a Filândia e a Suécia, como uns dos maiores financiadores de fundos para o reforço do Orçamento Geral do Estado (é financiado em 60% do seu total).

⁵⁵ CIA – The World Factbook, obtido em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html> [em linha] em 02 de Abril de 2009

⁵⁶ Idem



dependência externa, também marca a sua presença no continente e no mundo, devido a capacidade, embora incipiente, de exportar alguns produtos, tanto agrícolas como recursos minerais. Isto, de alguma forma, abre boas perspectivas para o seu crescimento económico, podendo, se houver uma boa dinamização do sector industrial, assistir-se a certo desenvolvimento dentro dos próximos anos.



4. CONCLUSÃO

Moçambique até à altura da sua independência, tinha uma economia em franco crescimento no continente africano e na região da África Austral devido, sobretudo, ao relacionamento que o governo colonial português tinha com os regimes sul-africano e rodesiano, que foram desde sempre as duas economias mais fortes na região. Contudo, a opção do governo da FRELIMO em se alinhar ao bloco socialista, criou uma certa apetência por parte dos seus vizinhos e inimigos ideológicos (África do Sul e Rodésia do Sul) de dar todo o apoio a qualquer que fosse a iniciativa de desestabilizar o novo regime instaurado em Moçambique.

Se para o país era importante dar um certo apoio aos movimentos de libertação de todos os países da região, para os dois actores, perante o perigo da implantação de um regime comunista, a ameaça ao regime do apartheid, a criação da “Linha da Frente”, da SADCC e de outras iniciativas de isolamento, a única resposta que havia na altura, era só o da desestabilização do governo moçambicano. Esta estratégia obrigou a que houvesse uma estruturação das economias dos países do interior, passando a depender muito da África do Sul, graças ao seu bem organizado e adequado sistema de transportes.

Esta situação, conjugada com a guerra movida pela RENAMO, veio desestruturar a economia moçambicana e todas as estruturas sociais do país, passando a depender de doações do exterior para a sua sobrevivência.

Moçambique a nível regional tem um papel de relevo devido à sua posição geoestratégica, que garante um acesso fácil ao mar aos países do interior. Derivado da sua política de paz e boa vizinhança, tem boas relações de cooperação com todos os países da região e isto reflecte-se nos diversos protocolos assinados a nível bilateral ou multilateral no âmbito da SADC, organização regional da qual é membro fundador. Porém, esta situação deve ser encarada com muito cuidado e atenção porque apesar de haver boas relações de cooperação, poderá haver, no futuro, um certo conflito de interesses, no domínio da exploração de recursos e há que dar relevo ao problema do controlo dos cursos de água partilhados, porque hoje a questão da gestão dos recursos hídricos torna-se cada vez mais relevante para a manutenção de uma boa vizinhança e garantia de uma paz duradoura.

O país tem em presença muitos interesses, principalmente na área das pescas, da exploração dos recursos naturais (destacando-se o facto de estar em curso trabalhos de prospecção de petróleo), na produção de energia hidroeléctrica, na construção de



infraestruturas, no melhoramento do sistema de transportes e comunicação, na área do turismo, etc. Estes sectores todos, se bem explorados e rentabilizados trarão grande desenvolvimento e um crescimento económico assinalável.

Moçambique apesar de ser considerado um dos países mais pobres do mundo, o processo da paz, a estabilidade política e a introdução de um regime democrático abriu oportunidades para o investimento estrangeiro que se desejava e este facto não deve ser visto como um foco de desestabilização mas sim como factor impulsionador de desenvolvimento social e económico.

O país necessita evoluir através de modelos centrados no desenvolvimento social, com investimento elevado na investigação e desenvolvimento, na inovação, na qualificação da sua força laboral e no fortalecimento do sector privado e do empreendedorismo nacional. Deve determinar regras claras e aceites pelas populações, ou seja, a estratégia de desenvolvimento sustentado defendido pelo governo, deve ser adaptada em função das condições específicas de cada região, com apoio total das respectivas populações.

Assim, e de acrd com a análise feita, cabe-nos agora dar a resposta à questão central, validando ou não as hipóteses levantadas.

Quanto a H1: O valor geopolítico/geoestratégico de Moçambique resulta da dimensão do seu território, do número da sua população, da sua localização geográfica, dos recursos que possui e do facto de ter uma costa muito longa.

Podemos validar dizendo que o facto de Moçambique possuir um vasto território, localizar-se ao longo da costa do Índico com uma costa muito longa, permite-lhe ter um valor estratégico a nível da região.

H2: A África do sul, Angola e Botsuana são os actores de maior importância para Moçambique.

Esta hipótese, podemos validar parcialmente porque apesar de Angola estar a crescer economicamente e Botsuana ser um país estável económica e politicamente, apenas a África do Sul se pode considerar o país que maior influência exerce ao nível da região.

H3: A evolução dos factores geopolíticos/geotratégicos permite-nos perspectivar um futuro melhor para Moçambique.

Esta é válida porque a evolução de todos os factores poderão, ou melhor, permitem-nos perspectivar um futuro melhor para Moçambique.

H4 – Moçambique poderá usar a sua política externa (Diplomacia), os recursos que possui e o factor localização ao longo da costa como instrumentos de influência no quadro político da região.



Validamos esta hipótese porque não só poderá usar, como já usa como instrumentos de influência no quadro político da região.

Assim, para responder à questão central, diríamos que:

Moçambique a nível regional tem um papel de relevo devido à sua posição geoestratégica, que garante um acesso fácil ao mar para os países do interior e que derivado da sua política de paz e segurança, tem boas relações de cooperação com todos os países da região, o que se reflecte nos protocolos assinados a nível bilateral e multilateral no âmbito da SADC

O país tendo muitos interesses, principalmente na área das pescas, da exploração dos recursos naturais, na produção de energia hidroeléctrica, na construção de infra-estruturas, no melhoramento do sistema de transportes e comunicações, na área do turismo, é um espaço privilegiado para um investimento económico estrangeiro, podendo, isto, favorecer para o seu crescimento económico e a consequente relevância a nível regional.

Moçambique para alcançar com sucesso os seus objectivos, erradicar a pobreza absoluta e antigir o desenvolvimento social e económico desejável, deve, acima de tudo, garantir um clima de paz e estabilidade, não só a nível nacional, mas também em toda a região austral de África. Para tal e porque hoje a defesa mais do que individual é mais colectiva, assim, recomenda-se que:

- O Estado deve ser muito mais forte nos seus planos para a mitigação de todos efeitos que podem influenciar na segurança e estabilidade nacional e regional;
- Moçambique deve cooperar com outros países da região nos aspectos de segurança e defesa, a fim de dispor de capacidades para enfrentar toda e qualquer ameaça externa;
- O sector da defesa, deve melhorar as suas capacidades tecnológicas e formação como forma de aumentar o seu potencial de combate e deve, também, avaliar a situação das suas infra-estruturas, meios e técnica de combate face aos novos riscos e ameaças decorrentes da nova conjuntura internacional;
- Moçambique deve procurar de forma pacífica, manter uma política de persuasão através da criação de condições de defesa efectiva do seu vasto território.



BIBLIOGRAFIA

Livros

ALMEIDA, Políbio E. A. De (1994) Ensaios de Geopolítica Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

BOTELHO, Teixeira (1936) História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique, 1º vol. Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, citado em UEM, 1982.

COUTO; Abel Cabral (1988) – Elementos de Estratégia, Apontamentos para um curso, vol. I e II, IAEM

Honwana, Luis Bernardo – The United Nations and Mozambique, A Sustainable Peace?, Lumiar Papers 7, IEEI, Lisboa, 1996

Matias, Rui Xavier Fernandes, TCor Eng Tm, Análise Geopolítica d Moçambique, IAEM, Abril de 1995.

MOREIRA, Adriano (1999) – Teoria das Relações Internacionais, Coimbra, 3ª edição

MOREIRA, Adriano (1991) – Estratégia, Vol. II, Instituto Superior de Ciências Sociais, Lisboa

Documentos

NC 71-00-01 – Análise Geoestratégica, Subsídios para o seu estudo, IAEM

TA 71-00-11 – Análise Geopolítica de Moçambique, IAEM

Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Moçambique)

SANTOS, Juliana Soares, A África do Sul e a integração regional na África Austral, dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, em Setembro de 1999.

Legislação

Constituição da República de Moçambique

Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

Decreto nº 48/2003, de 24 de Dezembro que aprova a Estrutura Orgânica das FA

Sítios da Internet

Portal do Governo de Moçambique: www.gov.co.mz

www.lusotopia.no.sapo.pt/indexMCGeopolítica.html



www.mozbusiness.gov.mz

www.lusotopia.no.sapo.pt/indexMCHistoria.html

www.ciari.org/opiniao/a_nova_geopolitica_energia_africana_austral.html

www.mozambique.mz/

www.google.pt/search?hl=pt-PT&q=Geografia+Mo%C3%A7ambique&me

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.gov.mz

www.africanidade.com/articles/1381/1/Comunidade-de-Desenvolvimento

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Mo%C3%A7ambique

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral: www.sadc.org

<http://www.sadc.int/>

Jornal Notícias: www.jornalnoticias.co.mz/pls/notmz2/getxml/pt/contentx1551436

Instituto de Promoção de Exportações: www.ipex.gov.mz

www.mozbusiness.gov.mz

Centro de Promoção de Investimentos: www.cpinvest.org.mz

Luso África: www.lusoafrika.net/v2/index.php?

CIA – The World Factbook, obtido em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html> [em linha] em 02 de Abril de 2009

Sítio da Internet da empresa Linhas Aéreas de Moçambique em www.lam.co.mz.





LISTA DE APÊNDICES

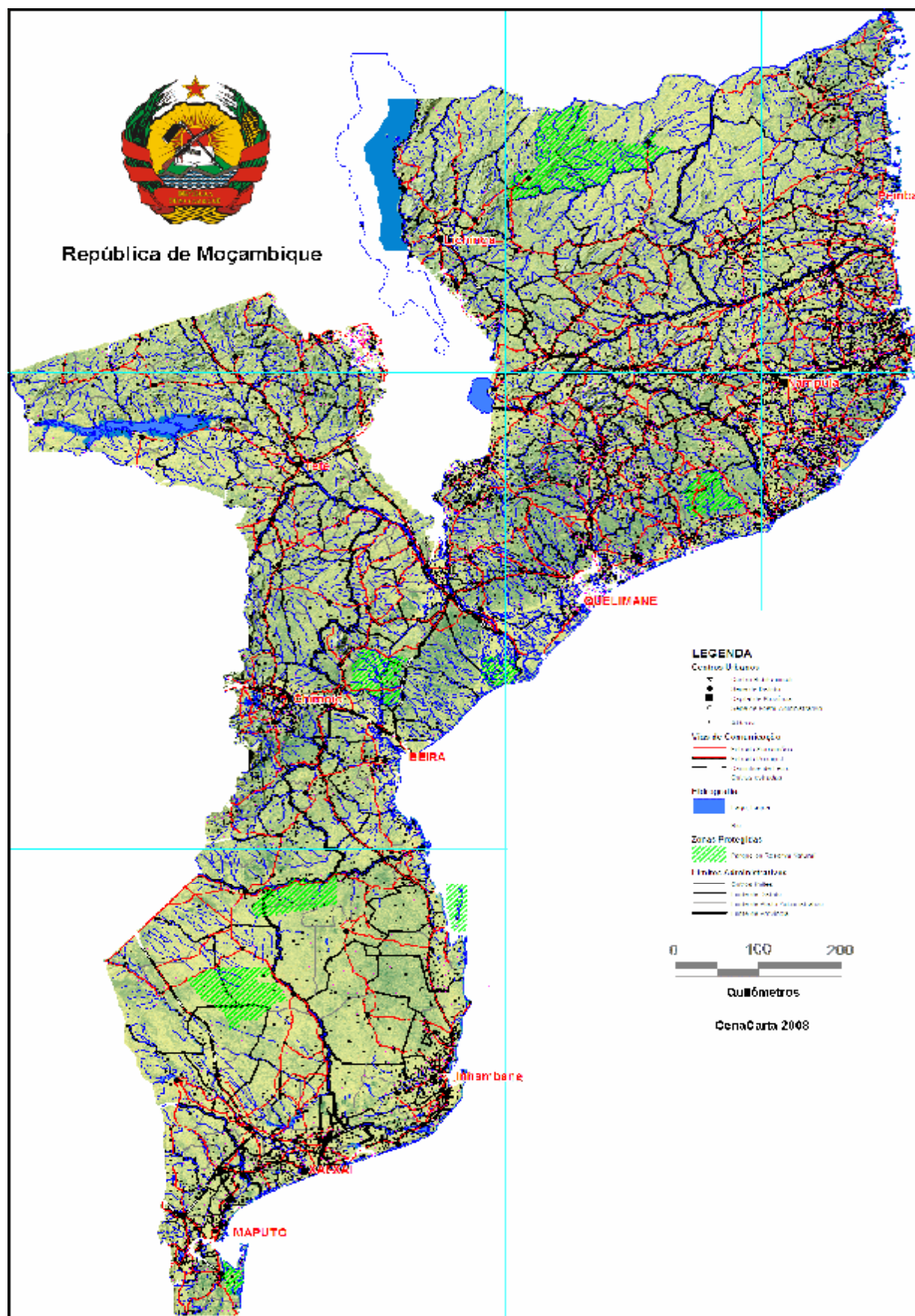


Fronteiras de Moçambique





Mapa Físico





Ensino Por Província (1997)

Ensino primário por província -1997

Província	1º Grau (1º - 5º)				2º Grau (6º - 7º)				Média
	Escolas	Alunos	Professores	Relação Média Aluno/Prof.	Escolas	Alunos	Professores	Relação Aluno/Prof.	
Total	5689	1745049	28705	60.8	336	154482	3965		39
Niassa	439	7981	1737	4.6	14	5735	211		27.2
Cabo Delgado	557	121972	2230	54.7	22	6657	205		32.5
Nampula	1061	26974	5109	52.8	48	15143	460		32.9
Zambézia	1317	330253	5051	65.4	34	15628	387		40.4
Tete	459	124304	2517	49.4	23	9748	360		27.1
Manica	283	101004	1707	59.2	22	11136	234		47.6
Sofala	303	11179	1980	56.2	19	127	316		38.4
Inhamitanga	465	159838	2340	68.3	44	16567	352		47.1
Gaza	497	173737	2198	79.9	53	14995	298		50.3
Maputo	2	1	1	8	1	1	3		41



Província	20	30	576	2.7	9	4	61	
		34				78		
		4				6		
Maputo Cidade	8	1	2	6	3	3	7	40.9
	8	42	260	3.2	8	1	81	
		85				96		
		3				0		

Ensino secundário geral por província - 1997

Província	1º Ciclo (8º - 10º)				2º Ciclo (11º - 12º)			
	Escolas	Alunos	Professores	Relação média Aluno / Prof.	Escolas	Alunos	Professores	
Total	63	45 211	1 292	35	12	6 343	263	
Niassa	4	1 694	85	19.9	1	334	16	
Cabo Delgado	5	2 522	90	28	1	309	23	
Nampula	7	4 159	142	29.3	1	583	35	
Zambézia	5	3 748	76	49.3	1	382	15	
Tete	6	3 124	87	35.9	1	341	18	
Manica	3	2 392	80	29.9	1	201	16	
Sofala	7	3 814	140	27.2	1	574	19	
Inhambane	5	3 262	121	27	1	220	18	
Gaza	6	3 940	92	42.8	1	284	16	
Maputo Província	8	4 328	157	27.6	1	426	17	
Maputo Cidade	7	12 228	222	55.1	2	2 689	70	

Ensino técnico -profissional - 1997

Província	Nível Elementar				Nível Básico			
	Escolas	Alunos	Professores	Relação média Aluno / Prof.	Escolas	Alunos	Professores	
Total	2	253	23	11	23	11	542	



						748	
Niassa	-	-	-	-	2	634	30
Cabo Delgado	-	-	-	-	3	311	38
Nampula	-	-	-	-	3	795	74
Zambézia	-	-	-	-	2	772	22
Tete	-	-	-	-	3	812	61
Manica	-	-	-	-	1	653	22
Sofala	-	-	-	-	1	2 427	95
Inhambane	1	120	10	12	2	540	24
Gaza	-	-	-	-	2	676	29
Maputo Província	1	133	13	10.2	2	1 097	66
Maputo Cidade	-	-	-	-	2	3 031	81

Ensino Superior (Ensino Público)

Instituição	1995/96		1996/97	
	Alunos	Professores	Alunos	Professores
Total	6 844	921	7 156	954
Universidade Eduardo Mondlane	5 200	689	5 762	711
Universidade Pedagógica	1 489	201	1 249	217
Inst. Superior Relações Internac	155	31	145	26

Fonte: Ministério da Educação, Direcção de Planificação

**Taxas de Desemprego da População de 15 e Mais Anos (Definição Nacional) por Sexo.**

Características seleccionadas	Sexo		
	Homens	Mulheres	Total
Total	14.7	21.7	18.7
Área de residência			
Urbano	25.6	35.7	31.0
Rural	9.1	15.7	12.9
Região			
Norte	10.4	22.0	16.6
Centro	12.0	19.6	16.2
Sul	25.6	24.5	25.0
Províncias			
Niassa	23.2	38.4	31.7
Cabo Delgado	5.4	15.5	10.9
Nampula	9.9	21.0	15.7
Zambézia	8.3	13.5	11.2
Tete	10.3	21.7	16.5
Manica	20.8	26.3	23.9
Sofala	14.8	26.4	21.2
Inhambane	11.7	11.3	11.5
Gaza	18.0	15.4	16.3
Maputo Província	35.5	37.1	36.3
Maputo Cidade	35.2	44.2	40.0
Nível de educação			
Nenhum	8.0	15.7	13.9
Primário 1º Grau	11.6	21.1	16.5
Primário 2º Grau	20.2	38.1	27.0



Secundário e mais	27.7	45.8	34.2
Sem infor.	0.0	9.6	5.5

Estado Civil

Solteiro(a)	37.0	39.9	38.1
Casado(a)	5.0	20.3	13.1
União marital	7.3	22.3	15.5
Divorciado(a)/Separado(a	19.7	12.9	14.0

)

Viúvo(a)	7.5	8.6	8.5
----------	-----	-----	------------

Fonte: IFTRAB, 2004/05

Fonte: Instit
Nacional de Estatística.



Cultura	Unidade	TIA2002	TIA2003	TIA2004 a)	TIA2005	TIA2006 b)
Milho	Ton	1,114,772	1,178,792	1,060,396	942,000	1,054,000
Mapira	Ton	138,318	190,820	152,910	115,000	207,000
Mexoeira	Ton	12,184	21,609	18,305	15,000	22,000
Arroz com casca	Ton	93,362	117,483	91,242	65,000	97,000
Feijão Nhemba	Ton	53,724	53,724	50,862	48,000	71,000
Feijão Jugo	Ton	22,000	18,000	12,500	7,000	11,000
Feijão Manteiga	Ton	35,683	40,854	44,927	49,000	49,000
Batata Doce	Ton	455,950	877,165	912,000
Amendoim	Ton	101,074	87,463	90,232	93,000	84,000
Mandioca	Ton	3,555,278	6,547,298	6,870,000

Evolução da Produção Agrícola das Culturas Alimentares Básicas (2002-2006)

Fonte: Ministério da Agricultura/ Direcção Nacional de Economia - Inquéritos Agrícolas (TIAs)

a) dados estimados

b) dados preliminares



Descrição	Unidade	TIA2002	TIA2003	TIA2004 a)	TIA2005	TIA2006 b)
Bovinos	N.º	791,179	969,3	1,1	1,2	1,0
			17	06,159	43,000	54,797
Caprinos	N.º	4,912,1	4,747,	4,8	4,9	4,2
		26	901	38,451	29,000	54,896
Ovinos	N.º	183,116	136,1	166	19	14
			94	,597	7,000	4,916
Suínos	N.º	1,600,8	1,354,	1,4	1,6	1,1
		84	070	92,535	31,000	83,203
Galinhas	N.º	22,318,	17,64	15,	14,	18,
		927	6,679	931,840	217,000	080,152
Perus	N.º	83,369	60,88	62,	65,	95,
			7	944	000	904
Gansos	N.º	5,205	12,44	7,2	2,0	1,6
			8	24	00	76

5. Evolução dos Efectivos Pecuários nas pequenas e médias explorações (2002 - 2006)



Coelhos	N.º	83,369	60,88	62,	65,	95,
			7	944	000	904

Fonte: Ministério da Agricultura/ Direcção Nacional de Economia - Inquéritos Agrícolas (TIAs)

a) dados estimados

b) dados preliminares

Quantidades Capturadas e Valores dos Principais Produtos (Pesca Industrial e Semi-Industrial)

Descrição	Quant		Valor		Vari
	idades		USD 10 ³		ação
	(Toneladas)		a preços correntes		de Volume
					200
	002	003	002	003	3/2002
Total				8	-
	5185	2037	4125	7121	12,5
Camarão				6	-
	000	690	2000	1520	14,6
Gamba				7	-5
	500	425	500	125	
Lagostim				1	55
	0	24	00	240	
lagosta					
			5		
Carangueijo				2	102,
	0	1	20	43	5



Peixe				2	-
	550	075	375	687,5	69,7

Descrição	Unidade	QUANTIDADES			
-----------	---------	-------------	--	--	--

Kapenta				1	15,6
	500	0978	1400	3173,6	
Lulas/polvo				3	118,
	0	31	50	27,5	3
Fauna				8	10,9
Acompanhante	450	608	25	04	

Fonte: Ministério das Pescas/ Direcção Nacional de Economia Pesqueira

Produção dos principais produtos (2002-2006)



		2002	2003	2004	2005	200
Carvão	Ton	43,512	36,74 2	16,525	3,417	40953.
Tantalite	Kg	42,500	62,00 0	712,095	281,212	80132.
Bentonite Triada	Ton	15,594	24,62 7	16,627	17,318	375000.
Granitos	M3	670	539	521	2,198	.
Dumortierite	Ton	40	40	113	10	664.
Area para construção	Ton	795,813	1,372, 032	1,429,7 43	833,113	1404184.
Calcário	Ton	1,301,232	1,348, 372	1,593,4 50	654,178	155871.
Riolitos	M3	771,550	697,1 58	737,629	843,769	10158978 .
Argila	Ton	84,023	100,1 76	108,231	32,031	222052.
Granada Refugo	Kg	0	265	4,270	3,630	80832.
Quartzo	Kg	31,363	30,98 5	173,478	294,668	195100.
Águas marinhas refugo	Kg	2,973	6,826	2,391	5,475	15687.
Turmalinas Refugo	Kg	11,183	4,689	4,915	69,291	80832.
Brita	M3	24,183	43,34 3	41,951	7,150	41286.
Berilo	Ton	54	78	27	146	16.
Marmore em Blocos	M3	453	452	617	509	472.
Mamore em chapas	M2	4,500	2,230	13,666	12,153	12825.
Granada Facetavel	Kg	1,136	440	2,686	2,172	5730.
Bauxite	Ton	10,500	10,25 0	8,977	9,518	11069.
Grafite	Ton	0	0	0	0	0.
Ouro	Kg	15	21	56	63	85.
Bentonite Tratada	Ton	580	684	578	547	692.
Bentonite Bruta	Ton	0	0	3,366	0	0.
Águas marinhas	Kg	3	15	18	16	5122.



Turmalinas	Kg	15	23	1,570	245	25138.
Pedras lapidadas	Cts	0	0	0	2,239	0.
Gás natural	GJ	2,423,065	2,522, 897	49,739, 070	88,907, 651	10218882 .



LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Dados históricos

Anexo B – Dados geográficos



ANEXO A – Dados Históricos

1. Primeiros habitantes de Moçambique

Os primeiros habitantes de Moçambique foram, provavelmente, os Khoisan, que eram caçadores-recolectores (dedicavam-se essencialmente à caça e recolha de frutos silvestres para a sua alimentação, cabendo a actividade de caça para os homens e a de recolha de frutas às mulheres). Há cerca de 10.000 anos a costa de Moçambique já tinha o perfil aproximado do que apresenta hoje em dia: uma costa baixa, cortada por planícies de aluvião e parcialmente separada do Oceano Índico por um cordão de dunas. Esta configuração confere à região uma grande fertilidade, ostentando ainda hoje grandes extensões de savana onde podemos encontrar muitos animais selvagens. Portanto, havia condições para a fixação de povos caçadores-recolectores e até de agricultores.

Nos séculos I a IV, a região começou a ser invadida pelos Bantu (Os povos Bantu habitavam a região dos Grandes Lagos), que eram agricultores e já conheciam a metalurgia do ferro. A base da economia dos Bantu era a agricultura, principalmente de cereais locais, como a mapira e a mexoeira; a olaria, tecelagem e metalurgia encontravam-se também desenvolvidas, mas naquela época a manufactura destinava-se a suprir as necessidades familiares e o comércio era efectuado por troca directa. Por essa razão, a estrutura social era bastante simples, baseava-se na *família alargada* ou linhagem, à qual era reconhecido um chefe. Os nomes destas linhagens nas línguas locais são, entre outros: em eMakua, o *Nlocko*, em ciYao, *Liwele*, em ciChewa, *Pfuko* e em chiTsonga, *Ndangu*.

Apesar da sociedade moçambicana se ter tornado muito mais complexa, muitas das regras tradicionais de organização ainda se encontram baseadas na linhagem.

Entre os séculos IX e XIII começaram a fixar-se na costa oriental de África populações oriundas da região do Golfo Pérsico, que era naquele tempo um importante centro comercial. Estes povos fundaram entrepostos na costa africana e muitos geógrafos daquela época referiram-se a um activo comércio com as "terras de Sofala", incluindo a troca de tecidos da Índia por ferro, ouro e outros metais.

De facto, o ferro era tão importante que se pensa que as "aspas" de ferro, em forma de X, com cerca de 30cm de comprimento, que formam abundantes achados arqueológicos nesta região, eram utilizadas como moeda de troca. Mais tarde, aparentemente, esta "moeda" foi substituída por outra: tubos de penas de aves cheias de ouro em pó, os meticais cujo nome deu origem à actual moeda de Moçambicana.

Com o crescimento demográfico, novas invasões e principalmente com a chegada dos mercadores, a estrutura política tornou-se mais complexa, com algumas linhagens dominando outras e finalmente, formando-se verdadeiros estados na região. Um dos mais importantes foi o primeiro estado do Zimbabwe.

Embora os povos que falavam a língua chiShona, ainda hoje a principal língua do Zimbabwe, com cerca de sete milhões de falantes, em vários dialectos, se tenham instalado na região cerca do ano 500, o primeiro estado do Zimbabwe existiu aproximadamente entre 1250 e 1450 aproximadamente na região da actual República do Zimbabwe. O seu nome deriva dos amuralhados de pedra que a aristocracia mandava construir à volta das suas habitações e que se chamavam *madzimbabwe*.

O que parece ter sido a capital deste estado, o actual monumento do **Grande Zimbabwe**, cobria uma superfície considerável (incluindo não só a área dentro dos amuralhados, mas também uma grande "cidade" de caniço, à volta daqueles), levando a pensar que tinha uma população de várias centenas, talvez milhares de habitantes e, portanto, desenvolvia-se ali uma grande actividade comercial.

Em Moçambique conhecem-se também ruínas de *madzimbabwe*, a mais importante das quais chamada Manyikeni, a cerca de 50 km de Vilankulo, na província de Inhambane,



e a cerca de 450 km do Grande Zimbabwe. Para além da grande fertilidade da região onde este Estado se estabeleceu, o apogeu do primeiro Estado do Zimbabwe deve estar ligado à mineração do ouro, muito procurado pelos mercadores originários da zona do Golfo Pérsico que já demandavam as "terras de Sofala", pelo menos desde o século XII.

Cerca de 1450, o Grande Zimbabwe foi abandonado, não se conhecendo as razões desse abandono mas, pela mesma altura, verificou-se uma grande invasão de povos também de língua chiShona que deu origem ao Império dos Mwenemutapas. Estes invasores submeteram os povos da região que se estende até ao Oceano Índico, desde o rio Zambeze até à actual cidade de Inhambane, pelo que não é claro o abandono do Grande Zimbabwe.

A invasão e conquista do norte do planalto zimbabweano pelas tropas de Mutota, em 1440-1450, deu origem a um novo Estado que era dominado pela dinastia dos Mwenemutapas. Estes invasores, que também falavam a língua chiShona estabeleceram a sua capital num local próximo do rio Zambeze, no norte da actual província moçambicana de Manica.

No século XVI, o **Império dos Mwenemutapas** já tinha estendido o seu domínio a uma região limitada pelo rio Zambeze, a norte, o Oceano Índico, a leste, o rio Limpopo a sul e chegando a sua influência quase ao deserto do Kalahari a sudoeste. Porém, esta última região poderia estar sobre a alçada de outros estados, como os reinos de Butua e Venda, que terão estabelecido com os Mwenemutapas relações de boa vizinhança.

Para além desta ser uma região fértil e não estar afectada pela mosca tsé-tsé, permitindo a criação de gado, o que contribuiu para a estabilidade e crescimento das populações, as minas de ouro estavam principalmente localizadas no interior. Por essa razão, o domínio das rotas comerciais que constituíam o Zambeze, por um lado, e de Sofala, mais a sul, conferiu aos Mwenemutapas uma grande riqueza.

Foi o ouro que determinou a fixação na costa do Oceano Índico, primeiro dos mercadores e colonos árabes oriundos da região do Golfo Pérsico, ainda no século XII, e depois dos portugueses, no dealbar do século XVI.

2. O período da penetração portuguesa

Quando Vasco da Gama chegou pela primeira vez a Moçambique, em 1497, já existiam entrepostos comerciais árabes e uma grande parte da população vivendo na costa, tinha se convertido ao Islão. Os mercadores portugueses, apoiados por exércitos privados, foram-se infiltrando no império dos Mwenemutapas, umas vezes firmando acordos, noutras forçando-os. Em 1530 foi fundada a povoação portuguesa de Sena, em 1537, de Tete, no rio Zambeze, e em 1544 de Quelimane, na costa do Oceano Índico, assenhorando-se da rota entre as minas e o oceano. Em 1607 obtiveram do rei a concessão de todas as minas de ouro do seu território. Em 1627, o Mwenemutapa Capranzina, hostil aos portugueses, foi deposto e substituído pelo seu tio Mavura; os portugueses baptizaram-no e este declarou-se vassalo de Portugal.

Os Mwenemutapas reinaram até finais do século XVII, altura em que foram substituídos pela dinastia dos Changamiras, outro grupo Shona que dominava o reino Butua, contribuindo assim para a extensão territorial do império. As relações dos Changamiras com os portugueses tiveram altos e baixos mas, em 1693, houve um levantamento armado em que os soldados portugueses que residiam na capital foram escoraçados, várias igrejas destruídas e os portugueses impedidos, durante algum tempo, de ter acesso ao ouro e ao comércio com os reinos indígenas.

Por essa altura, no entanto, os portugueses controlavam o vale do Zambeze e começaram a interessar-se mais pelo marfim, empreendimento que levavam a cabo por



acordo com os estados Marave. O império dos Mwenemutapa, embora com menos poder económico, manteve-se até meados do século XIX, altura em que foi desmembrado pelos *Estados Militares* que se formaram como resistência dos prazeiros à administração portuguesa.

Finalmente, a administração colonial portuguesa e britânica em África terminou com o poder político dos chefes então existentes.

a. O Império Marave

Os **estados Marave** foram um conjunto de pequenos reinos formados na margem norte do rio Zambeze e que se tornaram importantes na história da penetração portuguesa nesta região. A origem do nome é desconhecida, mas aparece em textos antigos (séculos XVII e XVIII) e ainda hoje está associada ao de um distrito da província de Tete, a **Marávia**. O nome foi utilizado com referência à fixação nesta região, entre 1200 e 1400, de um povo, cujo clã dominante, denominado Phiri, se tornou, por alianças com as linhagens dominantes locais, o clã dominante.

Uma característica importante é que todos os povos da região, embora apresentem hoje uma grande diversidade de línguas (do grupo de Bantu sul-central, das famílias ciNyanja, ciYao e eMakuwa) tem como forma de organização da sociedade a matrilineariedade, ou seja, a transmissão dos poderes e da propriedade é feita por casamento com a mulher da linhagem que o detém.

b. Os Prazos

Por volta de 1600, Portugal começou a enviar para Moçambique colonos, muitos de origem indiana, que queriam fixar-se naquele território. Esses colonos, muitas vezes casavam com as filhas de chefes locais e estabeleciam linhagens que, entre o comércio e a agricultura, podiam tornar-se poderosas.

Em meados do século XVII, o governo português decide que as terras ocupadas por portugueses em Moçambique pertenciam à coroa e estes passavam a ter o dever de arrendá-las a *prazos* que eram definidos por 3 gerações e transmitidos por via feminina. Esta tentativa de assegurar a soberania na colónia recente, não foi muito exitosa porque, de facto, os "muzungos" e as "donas" já tinham bastante poder, mesmo militar, com os seus exércitos de "xicundas" (Uma espécie de tropas indígenas), e muitas vezes se opunham à administração colonial, que era obrigada a responder igualmente pela força das armas.

Não só estes senhores feudais não pagavam renda ao Estado português, como organizaram um sistema de cobrar o "mussoco (Um imposto individual em espécie, devido por todos os homens válidos, maiores de 16 anos) aos camponeses que cultivavam nas suas terras. Além disso, faziam a mineração de ouro, caça ao marfim e escravos, que comerciavam em troca de tecidos e missangas que recebiam da Índia e de Lisboa. Até 1850, Cuba foi o principal destino dos escravos provenientes da Zambézia.

Em 1870, era apenas em Quelimane (Porque não conseguiam penetrar no "Estado da Maganja da Costa") onde Portugal exercia alguma autoridade, cobrando o "mussoco", instituído e cobrado pelos prazeiros. Isto, apesar de, em 1854, o governo português ter "extinguido" os Prazos. Outros decretos do mesmo ano extinguíam a escravatura oficialmente, uma vez que os "libertos" eram levados à força para as ilhas francesas do Oceano Índico (Maurícias) ou "ilha Bourbon" e Reunião ou "ilha de França", com o estatuto de "contratados") e o imposto individual, substituindo-o pelo imposto de palhota, uma espécie de contribuição predial.

Na margem direita do rio Zambeze e na margem esquerda da actual



província de Tete, os prazos começaram a ser atacados, em 1830, pelos nguni que fugiam durante o *mfecane* (Uma espécie de Imigração de populações vindos dos territórios da actual África do Sul, mais concretamente da zona do Natal, devido a um grande conflito despoletado entre os Zulu por consequência do assassinato de Chaca (ou Shaka) - temido guerreiro zulu) mas, aparentemente, os prazos da Zambézia escaparam a essa sorte. Mas, apesar de “ressuscitados” por António Enes, não resistiram ao capital das grandes companhias. Depois de serem engolidos por estas, viram a administração colonial organizar-se finalmente – já na segunda metade do século XIX – e utilizar a sua estrutura feudal, depois de transformados os “xicundas” em sipaios, para submeterem os povos da região.

Por volta de 1870, começaram a estabelecer-se em Quelimane várias companhias europeias, já não interessadas em escravos, nem em marfim, mas sim em oleaginosas – amendoim, gergelim e copra – muito procuradas nas indústrias recém-criadas de óleo alimentar, sabões e outras. No princípio, comercializando com os prazeiros, levou a forçar os seus camponeses a cultivar estes produtos. Exemplos dessas companhias são a “Fabre & Filhos” e a “Régie Ainé”, ambas com sede em Marselha, a “Oost Afrikaansch Handelshuis”, holandesa, e a “Companhia Africana de Lisboa”. A “Oost” chegou a abrir em Sena uma sucursal para incentivar nessa região a produção de amendoim.

Mas a agricultura familiar não produzia as quantidades desejadas, era necessário organizar plantações. É nessa altura que o governador da “província ultramarina”, Augusto de Castilho, cuja administração estava desejosa de ter uma base tributária para manter a ocupação do território, emite em 1886 uma “portaria provincial” regulando a cobrança do “mussoco” nos Prazos (que tinham sido “extintos” pela terceira vez, seis anos antes), que incluía a obrigatoriedade dos homens em idade activa e capazes pagarem aquele imposto, se não em produtos, então em trabalho; é dessa forma que começam a organizar-se as grandes plantações de coqueiros e, mais tarde, de sisal e cana-de-açúcar.

Em 1890, o futuro “Comissário Régio” António Enes decreta, numa revisão do Código de Trabalho Rural de 1875, que o camponês já não tem a opção de pagar o “mussoco” em géneros: “...O arrendatário (dos Prazos) fica obrigado a cobrar dos colonos em trabalho rural, pelo menos metade da capitação de 800 réis, pagando esse trabalho aos adultos na razão de 400 réis por semana e aos menores na de 200 réis.”

Esse decreto impunha ainda aos prazeiros a ocupação efectiva das terras arrendadas e o pagamento à autoridade colonial da respectiva renda. Mas os prazeiros não tinham conseguido converter a sua actividade de simples fornecedores de escravos ou de pequenas quantidades de produtos na de organização das plantações, não só por falta de preparação (ou de vocação), mas também por falta de capital. Como resultado, foram obrigados a subarrendar ou vender os seus prazos, terminando assim a fase feudal desta porção de Moçambique.

c. O Estado de Gaza

Fundado por Sochangane (também conhecido por Manicusse, (1821-1858) como resultado do Mfecane, em 1828, que culminou com a invasão de grandes áreas da África Austral por exércitos Nguni. O Império de Gaza, no seu apogeu, abrangia toda a área costeira entre os rios Zambeze e Maputo e tinha a sua capital em Manjacaze, na actual província moçambicana de Gaza.

O rei de Gaza dominou os reis *Tonga* através dos membros da sua linhagem, os



Nguni, comercializando marfim, que recebia como tributo, com os portugueses, estabelecidos na costa (principalmente em Lourenço Marques e Inhambane). Aparentemente, Sochangane não fazia comércio de escravos – os seus guerreiros eram principalmente da sua linhagem – nem devolia aos portugueses os escravos que fugiam para a sua guarda.

Após a sua morte, o seu filho Mawewe sucedeu-lhe e decidiu, em 1859, atacar os seus irmãos para ganhar mais poder. Apenas um irmão, Muzila conseguiu fugir para o Transvaal, onde organizou um exército para contra-atacar o seu irmão e a guerra durou até 1864. Em 1884, ascendeu ao trono Nguni, Gungunhana, filho de Muzila e transfere a capital do Império de Mussorize (na actual província de Manica) para a região de Chaimite (actual província de Gaza) em 1889, aparentemente pressionado pelos exploradores de ouro de Manica e falta de apoios locais. Em Gaza, Gungunhana prosseguiu a política de seu pai de assimilação dos reinos locais, os “Tonga” e de resistência à dominação portuguesa, mas essa resistência não durou mais de seis anos. Gungunhana foi preso e Gaza finalmente submetida à administração colonial.

d. A Administração Colonial Portuguesa

Até finais do século XIX, a presença oficial portuguesa em Moçambique limitava-se a umas poucas capitánias ao longo da costa. Portugal, bem estabelecido em Goa, de onde vinham directamente as ordens relativas a Moçambique, contava que os comerciantes que se iam estabelecendo no interior do território iriam formar o substrato para uma administração efectiva. Naquela época, o fundamental era o controlo do comércio, primeiro do ouro, nos séculos XVI e XVII, depois do marfim e dos escravos. No entanto, a administração colonial não conseguia sequer cobrar os impostos relativos a esse comércio.

Entretanto, em 1686, o Vice-Rei português baptizava, em Diu, a "Companhia dos Mazanes", formada por ricos comerciantes indianos, à qual eram dados privilégios no comércio entre aquele território e Moçambique. Ao abrigo desta companhia, começaram a fixar-se em Moçambique dezenas de comerciantes indianos, suas famílias e empregados. Apesar das boas relações entre os indianos e os governantes coloniais, a situação financeira da colónia não melhorou.

Em 1752, em face da decadência da Ilha de Moçambique, o governo do Marquês de Pombal decidiu retirar a colónia africana da dependência do Vice-Rei do Estado da Índia e nomear um Governador Geral, que passou a habitar o Palácio dos Capitães-Generais, confiscado aos jesuítas.

Só depois da visita do “Emissário Régio”, António Enes, em 1895 e dos acordos com o Transvaal para a edificação da linha férrea, decidiu o governo colonial mudar a capital da “província” para Lourenço Marques e, com a debandada das companhias majestáticas, organizar uma administração efectiva de Moçambique. Essa administração, que foi encetada no então distrito de Lourenço Marques, tinha a forma de “circunscrições indígenas”, cujos administradores tinham igualmente as funções de juizes. Eram coadjuvados pelos régulos, nas “regedorias” em que as circunscrições se dividiam, que eram membros da aristocracia africana (portanto, aceites pelas populações) que aceitavam colaborar com o governo colonial; as suas principais funções eram cobrar o “imposto de palhota” e organizar a mão-de-obra para as minas do Rand e para as necessidades da administração.

Com a abolição da escravatura, em 1875, e o seu declínio real, uns dez anos depois, o governo colonial viu-se obrigado a transformar Moçambique de uma colónia para



extracção de recursos naturais, num território que devia produzir bens para seu consumo e para exportação para a “metrópole”. Essa foi a motivação principal para o estabelecimento duma administração efectiva, embora também pesassem as pressões internacionais decorrentes da Conferência de Berlim e das pretensões territoriais dos britânicos e holandeses.

3. O período da resistência à penetração portuguesa

Em 1885 (ano da Conferência de Berlim - da partilha de África), a autoridade colonial portuguesa no sul de Moçambique confinava-se a Lourenço Marques mas, com o início da exploração das minas de ouro do Transvaal, no ano seguinte, e o consequente aumento do tráfego porto de Lourenço Marques, os portugueses decidiram finalmente organizar o controlo das populações desta região. Estas constituíam um mercado, não só para os produtos exportados de Portugal (em particular as bebidas alcoólicas), mas também de mão-de-obra para as minas sul-africanas, dificultando a sua mobilização para a construção do caminho-de-ferro que ligaria o Transvaal ao porto de Lourenço Marques.

No ano seguinte, foi nomeado um Comissário-Residente para Gaza, que foi “promovido” a Intendente Geral em 1889, com a transferência de Gungunhana de Mossurize para Manjacaze; em 1888, foi estabelecido um posto militar perto de Marracuene e, em 1890, foi nomeado um Comissário-Residente para Lourenço Marques. Entretanto, em 1888, as autoridades coloniais reavivaram os “Termos de Vassalagem” com os reinos da região.

Estas medidas, não foram suficientes, nem para cobrar o “imposto de palhota”, nem para assegurar o recrutamento de mão-de-obra, uma vez que o trabalho nas minas sul-africanas rendia seis vezes mais do que os concessionários do caminho-de-ferro pagavam. Em 1892, o governo de Lisboa enviou a Moçambique António Enes como Comissário Régio, para avaliar as condições económicas da Província e, no mesmo ano, os portugueses conseguiram realizar uma cobrança maciça do imposto, ameaçando os indígenas de verem as suas palhotas queimadas, se não pagassem.

Em 1891, Gungunhana assinou com Cecil Rhodes um acordo relativo a direitos sobre a exploração de minério nas suas terras, a favor da Companhia Britânica Sul-Africana, a troco dum pagamento anual de cerca de 500 libras. Tornava-se claro para os portugueses que só uma acção militar poderia forçar o estabelecimento da autoridade colonial na região. Esta acção, conhecida na altura como “Campanha de Pacificação”, foi despoletada pela recusa de Mahazula Magaia, um chefe tradicional da região de Marracuene, em aceitar a decisão do Comissário Residente sobre uma disputa de terras. A questão chegou a vias de facto, quando a guarnição militar portuguesa foi forçada a fugir para Lourenço Marques, perseguida pelos exércitos de Magaia, Zihlahla e Moamba, que cercaram a cidade entre Outubro e Novembro de 1894.

António Enes organizou as suas tropas e, no dia 2 de Fevereiro de 1895, perseguiu e derrotou (embora com dificuldade e pesadas baixas) os atacantes em Marracuene. Este dia continua a ser celebrado com uma cerimónia chamada “*Gwaza Muthine*”. Os chefes rebeldes refugiaram-se em Gaza, sob a protecção de Gungunhana. Depois de várias tentativas de negociações com o rei de Gaza, pedindo a extradição daqueles chefes, mas sem sucessos, os portugueses resolveram atacar de novo.

A 8 de Setembro, travou-se a batalha de Magul, onde se encontrava Zihlahla e, a 7 de Novembro, uma outra coluna proveniente de Inhambane defrontou-se com o exército de Gungunhana em Coelesa, perto da sua capital. Em Dezembro, do mesmo ano, Mouzinho de Albuquerque cercou Chaimite e prendeu o imperador, que ali se tinha refugiado, tendo sido



deportado para a Ilha dos Açores, onde veio a morrer, juntamente com suas sete esposas, seu filho Godido, seu tio Mulungo e o Príncipe Zixaxa.

O exército de Gungunhana continuou a resistir à autoridade colonial, sob a liderança de Maguigane Cossa, que só foi derrotado a 21 de Julho de 1897, em Macontene (a 10 km do Chibuto). Com esta vitória, a autoridade colonial foi finalmente estabelecida no sul de Moçambique.

Com a derrota militar dos chefes locais, o governo da Província pode finalmente organizar a administração do território, com a instituição do Regulado. O governo recrutava membros da aristocracia indígena como Régulos, encarregados da colecta do imposto-de-palhota e do recrutamento de trabalhadores para a administração.

Para além disso e, na impossibilidade de impedir a migração de trabalhadores para as minas sul-africanas, firmou um acordo, primeiro com a República Sul-Africana e, quando esta foi submetida pelos britânicos, com a respectiva autoridade, regulamentando o trabalho migratório e assegurando o tráfico através do porto de Lourenço Marques. No primeiro acordo, o governo da Província recebia uma taxa por cada trabalhador recrutado; mais tarde, o acordo incluía a retenção de metade do salário dos mineiros, que era pago à colónia em ouro, sendo o montante respectivo entregue aos mineiros no seu regresso, em moeda local.



Anexo B – Dados Geográficos

1. Factor Físico

O território moçambicano cobre uma superfície total de 801.590 Km², dos quais 784.090 Km², constituem terra firme e 17.500 Km² de águas interiores. A sua fronteira terrestre tem uma extensão de 4.571 Km, o comprimento da linha da costa é de 2.470 Km banhada pelo Oceano Índico. A maior largura é de 962,5 Km, partindo da península de Mossoril na Província de Nampula, até ao marco Fronteiriço I, situado na confluência dos rios Aruanga e Zambeze na Província de Tete. A menor largura é de 47, 5 Km medida entre o marco sivayana localizado a sul de Namaacha e o alto farol na Catembe no Município de Maputo.

2. Rios

A rede hidrográfica compreende mais de 60 rios, nascendo os mais importantes nos países vizinhos. A sua extensão em território nacional é a seguinte: O rio Rovuma com 650 Km, o Lugenda, o Messalo com 530 Km cada, o Lúrio com 605 Km, o Ligonha, o Licungo com 336 Km cada, o Zambeze com 820 Km, onde se encontra a barragem de Cahora Bassa, o Púngue 322 Km, o Buzi com 320 Km, o Save com 330 Km, o Limpopo com 561 Km, o Incomate e o Maputo com 150 Km cada.

3. Relevo

O Monte Binga com 2.436m de altitude é o ponto mais elevado, seguindo-se os montes Namuli com 2.419m, a Serra Zuira com 2.277m, o Messurussero com 2.176m a Mazassa com 2.134m, o monte Domue com 2.095m, a Serra Macua com 2.077m e a serra Chipirone com 2.054m.

A zona costeira moçambicana vai do rio Rovuma, a norte, na fronteira com a República Unida da Tanzânia, até a Ponta do Ouro no sul, na fronteira com a República da África do Sul. Ela abarca sete das dez províncias do país: Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, sendo que a Cidade de Maputo também possui o estatuto de Província. 40 dos 128 distritos e 10 das 23 cidades do País, estão localizados na zona costeira, onde se situa cerca de 40% da população moçambicana.

Numa escala dilatada a zona costeira apresenta 4 macro-unidades definidas pelas características naturais:

- Costa de Carolina – com uma extensão de 770 Km, do rio Rovuma (10° 32' S) ao Arquipélago das Primeiras e Segundas (17° 20' S);
- Costa de Mangal – com uma extensão de cerca 978 Km, de Angoche ao Arquipélago de Bazaruto.
- Costa de Dunas Parabólicas – com uma extensão de cerca de 850 Km, do arquipélago de Bazaruto à Ponta de Ouro, continuando até ao rio Mlalazi na África do Sul;
- Costa de Delta – ocorrendo com grande singularidade nas regiões da foz dos rios Zambeze e Save.

(a) Cabos

Em Cabo Delgado existem o cabo Suafo no extremo norte junto à foz do rio Rovuma, o cabo Delgado a cerca de 10 Km da foz do mesmo rio e o cabo Paquete mais a sul. Nesta Província destaca-se ainda a ponta Manhawe à entrada da baía de Pemba e a ponta do Diabo a norte da mesma baía.

Em Nampula há a destacar o cabo Culumulomo, à entrada da baía de Nacala. Em direcção ao sul encontramos a ponta Messinana e a ponta Bajone.

Em Inhambane localizam-se alguns acidentes da costa, tais como o cabo Bazaruto



no norte da Ilha do mesmo nome, o cabo de São Sebastião a sul da baía de Bazaruto e o cabo das Correntes ao sul da baía de Inhambane.

Em Maputo destaca-se o cabo de Inhaca à entrada da baía do mesmo nome, o cabo de Santa Maria e Ponta D'ouro no extremo sul da Província.

(b) Baías

Em cabo Delgado encontram-se as baías de Mocímboa da Praia, de Quissanga e de Pemba incrustada em terra firme, com um estreito canal natural que a liga ao Oceano Índico e finalmente a baía do Grupo que coincide com a foz do rio do mesmo nome.

Em Sofala temos a baía de Nhandoze e a Grande Baía de Sofala.

Nas províncias de Inhambane e Maputo situam-se as baías do mesmo nome, Inhambane e Maputo, respectivamente.

De uma forma geral, o relevo de Moçambique, não constitui obstáculo, dando facilidades para os deslocamentos, exceptuando algumas zonas junto à fronteira terrestre que possui algumas elevações, mas que são contornáveis. Há, contudo, que tomar em consideração que merecem destaque como obstáculo, as zonas pantanosas do litoral e das bacias de alguns rios.

Ao longo da costa, destacam-se os Arquipelagos das Quirimbas constituído pelas ilhas do Ibo, Tecomaj, Rongui, Anera, Mbimb, Vamizi Metondo, Metundo, Quissico, na Província de Cabo Delgado; Bazaruto constituído pelas ilhas de Santa Carolina, Bazaruto e Magaruque-Província de Inhambane; as Ilhas de Moçambique (Moçambique, Goa e Sena), de Angoche (Moma, Caldeira, N'Sojo, Ruga, Mapa Mede) na Província de Nampula; Primeiras (Silva, fogo, Coroa, Epidendron) na Província da Zambesia; de Chiloane na Província de Sofala; de Inhaca, dos elefantes e de Xefina (grande, média e pequena), no Município de Maputo. Ao longo da costa, destacam-se os Arquipelagos das Quirimbas constituído pelas ilhas do Ibo, Tecomaj, Rongui, Anera, Mbimb, Vamizi Metondo, Metundo, Quissico, na Província de Cabo Delgado; Bazaruto constituído pelas ilhas de Santa Carolina, Bazaruto e Magaruque-Província de Inhambane; as Ilhas de Moçambique (Moçambique, Goa e Sena), de Angoche (Moma, Caldeira, N'Sojo, Ruga, Mapa Mede) na Província de Nampula; Primeiras (Silva, fogo, Coroa, Epidendron) na Província da Zambesia; de Chiloane na Província de Sofala; de Inhaca, dos elefantes e de Xefina (grande, média e pequena), no Município de Maputo.